



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2012**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Dezembro/2012**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal 01 a 22/12/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	8
De Premiações E Condecorações	1
Especial	3
Não Deliberativa	3
Total de sessões realizadas	17
Reunião	1
Total de Reuniões	1
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias 01 a 22/12/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Retirada pelo autor	Prejudicada	Total
PLC	18	3	0	0	0	21
PLS	2	8	4	1	1	16
SCD	2	0	0	0	0	2
ECD	1	0	0	0	0	1
PDS	9	136	0	0	0	145
PRS	13	0	0	0	0	13
MSF	4	-	0	0	0	4
Total	49	147	4	1	1	202

Quadro Geral de Medidas Provisórias 01 a 22/12/2012

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Total
MPV	1	0	-	1
PLV	-	4	1	5

Quadro de Requerimentos*

01 a 22/12/2012

Natureza	Total
Audiência de comissão	19
Congratulações, pesar e assemelhados	29
Desapensamento de matérias	3
Homenagem de pesar	6
Informações	22
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	11
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	2
Retirada de matéria	3
Tramitação conjunta	17
Urgência para matéria	26
Votação em globo	1
Total Geral	140

*No período de 01 a 22/12/2012 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
01 a 22/12/2012

	PRES REP	SF	CD	CN	TST	MPU	STJ	STF	TCU	PGR	TJDFT	Total
PLC	7	-	6	0	1	1	1	2	1	1	1	21
PLS	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
SCD	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
ECD	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PDS	7	0	137	1	-	-	-	-	-	-	-	145
PRS	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Total	14	26	143	1	1	1	1	2	1	1	1	192

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01/12/2012 a 22/12/2012

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	49	-	49
Art. 40 ⁽²⁾	1	-	1
Art. 43, I ⁽³⁾	4	-	4
Art. 43, II ⁽⁴⁾	3	-	3
Soma	57	0	57
Requerimento para retirada	-	-	-
Total Geral	57	0	57

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares;

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 22/12/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	11

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 22/12/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	31
Deliberativa Ordinária	95
De Premiações E Condecorações	2
Especial	17
Não Deliberativa	93
Programa Senado Jovem Brasileiro	1
Total de sessões realizadas	239
Reunião	10
Total de Reuniões	10
Reunião não Realizada	10

Quadro Geral de Matérias

02/02 a 22/12/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Total
PEC	7	-	0	4	3	0	-	0	14
PLC	64	51	3	0	0	0	31	0	149
PLS	6	117	6	4	23	0	31	1	188
SCD	5	0	1	0	0	0	0	0	6
ECD	2	0	0	0	0	0	0	0	2
PDS	44	687	0	0	0	0	0	0	731
PRS	66	5	0	0	1	0	0	0	72
MSF	41	-	0	0	0	1	-	0	42
OFS	2	-	0	0	0	0	-	0	2
Total	237	860	10	8	27	1	62	1	1206

Quadro Geral de Medidas Provisórias 02/02 a 22/12/2012

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Total
MPV	8	1	0	-	9
PLV	-	0	26	2	28

Quadro de Requerimentos 02/02 a 22/12/2012

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	9
Audiência de comissão	109
Auditoria*	2
Calendário especial	7
Congratulações, pesar e assemelhados	288
Criação ou alteração de comissão temporária	11
Desapensamento de matérias	21
Dispensa de parecer	1
Homenagem de pesar	9
Inclusão em Coleções do Senado Federal	3
Informações*	189
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	2
Licença Saúde / Interesse Particular (superior a 120 dias)	6
Missão (em representação do Senado Federal)*	178
Preferência	2
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	3
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Prorrogação de prazos de comissão de código	6
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente*	40
Reexame de matéria por Comissão	2
Retirada de matéria	41
Sobrestamento	5
Suspensão de prazo de comissão	1
Tramitação conjunta	95
Urgência para matéria	71
Votação em globo	2
Total Geral*	1106

* Compatibilizados os quantitativos tendo em vista a deliberação sobre o RQS 1473/2011, prejudicado em 26/04/2012, e a reclassificação dos RQS 685/2012 e 1020/2012.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa 02/02 a 22/12/2012

	PRES REP	SF	CD	TST	STM	CN	MPU	STJ	STF	TCU	PGR	TJDFT	Total
PLC	24	-	69	10	1	0	3	3	2	1	1	1	115
PLS	-	123	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123
SCD	-	5*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
ECD	-	2*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PDS	7	6	717	-	-	1	-	-	-	-	-	-	731
PRS	-	71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71
Total	31	207*	786*	10	1	1	3	3	2	1	1	1	1047

* Compatibilizados os quantitativos tendo em vista a alteração de autoria de Câmara dos Deputados para Senado Federal.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02/2012 a 22/12/2012

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ^(1,5)	572	5	567
Art. 40 ⁽²⁾	11	-	11
Art. 43, I ⁽³⁾	63	-	63
Art. 43, II ^(4,5)	51	1	50
Soma	697	6	691
Requerimento para retirada	6	-	-
Total Geral	703	6	691

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *
02/02 a 22/12/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	178

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 22/12/2012

Matéria: Medida Provisória. Total: 1

1. À promulgação. Total: 1

Aprovada na íntegra. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 583/2012	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 676.000.000,00, para os fins que especifica.	Presidente da República	04/12/2012

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 5

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 27/2012	Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 578, de 2012	17/12/2012

2. À sanção. Total: 4

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 24/2012	Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec, e nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 580, de 2012	04/12/2012
PLV 29/2012	Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 577, de 2012	13/12/2012
PLV 26/2012	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 584, de 2012	17/12/2012
PLV 30/2012	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 579, de 2012	18/12/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 21**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 4****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 104/2012	Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio - QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências.	Presidente da República	18/12/2012
PLC 122/2012	Dispõe sobre remuneração e reajuste de Planos de Cargos, Carreiras e Planos Especiais de Cargos do Poder Executivo Federal; sobre as remunerações do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, dos cargos da aérea de Ciência e Tecnologia, dos cargos de atividades técnicas da fiscalização federal agropecuária, da Carreira do Seguro Social, das Carreiras de Perito Médico Previdenciário e Supervisor Médico-Pericial, e dos empregados beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; e sobre a criação de cargos integrantes da Carreira do magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993; altera os valores dos soldos militares das Forças Armadas constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; altera as Leis nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, quanto às Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária, de Agente Penitenciário Federal e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária do Quadro Pessoal do Ministério da Justiça, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, para dispor sobre a remuneração da carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.971, de 25 de novembro de 2004, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.233, de 22 de dezembro de 2005, 10.682, de 28 de maio de 2003, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 10.480, de 2 de julho de 2002, 12.277, de 30 de junho de 2010, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.855, de 1º de abril de 2004, 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.156, de 29 de julho de 2005, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.350, de 5 de outubro de 2006, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.776, de 17 de setembro de 2008, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga o dispositivo da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993; e dá outras providências.	Presidente da República	18/12/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 121/2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.	Ciro Pedrosa	05/12/2012
PLC 85/2011	Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal - SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.	Ronaldo Caiado	05/12/2012

2. À sanção. Total: 17

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 114/2012	Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.	Manuela D'ávila	05/12/2012
PLC 115/2012	Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e dá outras providências.	Superior Tribunal de Justiça	05/12/2012
PLC 116/2012	Dispõe sobre a criação de cargos de Defensor Público Federal.	Presidente da República	05/12/2012
PLC 56/2011	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e de Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança nos órgãos da Presidência da República.	Presidente da República	18/12/2012
PLC 27/2012	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Hugo Leal	18/12/2012
PLC 77/2012	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES).	Tribunal Superior do Trabalho	18/12/2012
PLC 110/2012	Altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército - QCO.	Presidente da República	18/12/2012
PLC 119/2012	Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o § 2º do art. 127 e a alínea c do inciso I do § 5º do art. 128, todos da Constituição Federal, e dá outras providências.	Ministério Público da União	18/12/2012
PLC 120/2012	Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Supremo Tribunal Federal	18/12/2012
PLC 121/2012	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.	Presidente da República	18/12/2012
PLC 124/2012	Altera a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	Procuradoria-geral da República	18/12/2012
PLC 125/2012	Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	Supremo Tribunal Federal	18/12/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 21**2. À sanção. Total: 17****Aprovada pelo Plenário. Total: 16**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 127/2012	Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal, Defensor Público da União e da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, Diplomata, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, das Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, dos cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal; altera as Leis nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 11.776, de 17 de setembro de 2008, 9.654, de 2 de junho de 1998, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 10.883, de 16 de junho 2004, e 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Assunto: Servidores públicos - Administrativo	Presidente da República	18/12/2012
PLC 128/2012	Dispõe sobre a transformação de cargos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	18/12/2012
PLC 129/2012	Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Tribunal de Contas da União	18/12/2012
PLC 130/2012	Altera o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências.	Mesa da Câmara dos Deputados	18/12/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 87/2011	Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências.	Jair Bolsonaro	12/12/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 16**1. À Câmara dos Deputados. Total: 10****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 156/2011	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República.	Alvaro Dias	18/12/2012
PLS 326/2012	Altera a Lei nº. 12.300, de 28 de julho de 2010.	Comissão Diretora	18/12/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 16**1. À Câmara dos Deputados. Total: 10****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 8**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 474/2008	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.	Roseana Sarney	05/12/2012
PLS 566/2011	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.	Blairo Maggi	05/12/2012
PLS 152/2012	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao dos medicamentos genéricos.	Walter Pinheiro	05/12/2012
PLS 149/2011	Altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.	Vanessa Grazziotin	07/12/2012
PLS 334/2012	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto Sobre Produtos Industrializados os veículos adquiridos pelas instituições de formação de condutores.	Vanessa Grazziotin	12/12/2012
PLS 438/2007	Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.	Gerson Camata	14/12/2012
PLS 66/2012	Obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário.	Humberto Costa	14/12/2012
PLS 237/2012	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor da licença especial à gestante em situação de risco.	Marta Suplicy	17/12/2012

2. Ao arquivo. Total: 6**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 78/2010	Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências.	Raimundo Colombo	05/12/2012
PLS 239/2008	Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais.	Tasso Jereissati	12/12/2012
PLS 165/2011	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.	Lobão Filho	12/12/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 16**2. Ao arquivo. Total: 6****Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 125/2007	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.	Alvaro Dias	17/12/2012

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 124/2011	Dispõe sobre exercício da atividade de investigação criminal.	Humberto Costa	13/12/2012

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 329/2011	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma fora de serviço e de caráter nacional para os agentes penitenciários federais.	Humberto Costa	12/12/2012

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 2**1. À sanção. Total: 2****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 253/2009	Altera as Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.	Expedito Júnior	05/12/2012
SCD 229/1995	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	Cesp - Vale do São Francisco - 1995	18/12/2012

Matéria: Emenda(s) da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1**1. À sanção. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 168/2011	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	05/12/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 145**1. À promulgação. Total: 145****Aprovada pelo Plenário. Total: 9**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 523/2012	Aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012
PDS 537/2012	Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 15/08, das Disposições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico, acordada em 30 de junho de 2008, na cidade de San Miguel de Tucumán.	Da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	20/12/2012
PDS 540/2012	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012
PDS 541/2012	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012
PDS 546/2012	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012
PDS 547/2012	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012
PDS 548/2012	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012
PDS 549/2012	Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012
PDS 550/2012	Aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2012

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 409/2011	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO CONTEMPORÂNEA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 222/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E JORNAIS DO CEARÁ S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 250/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUB DE PALMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 255/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA CUMBICA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 273/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALIANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 287/2012	Aprova o ato que outorga autorização ao CONSELHO CULTURAL E ARTÍSTICO PEDRAS BRANCAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 289/2012	Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES, RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 293/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NOVA ERA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 294/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM CORUMBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 296/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FELICIDADE FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 300/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAIZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 301/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DO JOCKEY CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 302/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CORDEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Cordeiros, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 304/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO JOÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São João, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 306/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM PRIMAVERA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatiguá, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 307/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS RADIODIFUSORES DE CAMBIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambira, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 308/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PEDRA LAVRADA - ACRPL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 309/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIODIFUSÃO CIDADE DE PALMITAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmital, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 310/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colombo, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 311/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 313/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 315/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LONDRINA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 317/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ITAMARATY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piripiri, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 318/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DO RIO DE JANEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 319/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CHARRUA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 145

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 321/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 327/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPERIAL FM DE PEDRO II LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 329/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE MIGUEL PEREIRA - ARCOMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 330/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPARSOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 331/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE IPIAÇU – RÁDIO CIDADE DE IPIAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiacú, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 333/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE ALTO PIQUIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Piquiri, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 335/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E SOCIAL DE NATALÂNDIA (ACESNA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natalândia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 338/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ITAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 339/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO BEM ESTAR SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL SANTANENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 340/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.P.S. RÁDIO E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 341/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA SÃO SEBASTIÃO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 342/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRIBUNA DE PETRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 343/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA BOAS NOVAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 145

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 344/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA IMAGEM DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 346/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 347/2012	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO LIDERBRASIL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 352/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 353/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PEDRA D'ÁGUA - ARCPD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seridó, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 354/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VALE DOS SINOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 355/2012	Aprova o ato que outorga permissão à LAMOGLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 356/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SOCIAL E PRESERVACIONISTA DE MOCAJUBA – ADECOSPEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mocajuba, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 360/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 361/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 362/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JOSÉ NUNES CALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solidão, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 363/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA MELHOR IDADE (ARMI) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 364/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO ALTO DA PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 365/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO PARMA ATLÉTICO CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 370/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VITÓRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 371/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO 31 DE MARÇO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 372/2012	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV MAÍRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 374/2012	Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 376/2012	Aprova o ato que outorga permissão à IBIAÇÁ COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 378/2012	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LUTH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 379/2012	Aprova o ato que outorga permissão à CRISTO REI COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 381/2012	Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montanha, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 387/2012	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAMPOS FLORIDOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapoti, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 388/2012	Aprova o ato que outorga permissão à 102 FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 389/2012	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA SINTONIA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 390/2012	Aprova o ato que outorga permissão à A. L. COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 392/2012	Aprova o ato que outorga permissão à FM RUBI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 393/2012	Aprova o ato que outorga permissão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 394/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL JARDIM REPRESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 397/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO HIT PARADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parati, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 398/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GAZETA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 400/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GETSÊMANE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 403/2012	Aprova o ato que outorga concessão à MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 404/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARAXAENSE DAS DONAS DE CASA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 405/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BAHIA NORDESTE DE PAULO AFONSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 429/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL TEMPO DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 436/2012	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 437/2012	Aprova o ato que outorga concessão à MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 440/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV SERRA DOURADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 448/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	05/12/2012
PDS 448/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS, DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE TAIÓBEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 278/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SAMBÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 281/2012	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARTINHO CANUTO DE MELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coivaras, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 291/2012	Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 303/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 337/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUPER RÁDIO DEUS É AMOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 345/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO PADRE URBANO THIESEN para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 348/2012	Aprova o ato que outorga concessão à TOPSPORTS VENTURES S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 351/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ONG – INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE BARCARENA PARÁ - INSNEELB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 357/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL FM FERNANDOPÓLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 359/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASTORGA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 366/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 145**1. À promulgação. Total: 145****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 367/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ALDO CARVALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 368/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 369/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO MATOZINHO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 373/2012	Aprova o ato que outorga concessão à SM - COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 375/2012	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO ITAÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 382/2012	Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 383/2012	Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 386/2012	Aprova o ato que outorga permissão à MERCOM BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 391/2012	Aprova o ato que outorga permissão à FABIANE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Verê, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 395/2012	Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baião, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 396/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE ITARARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 399/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 401/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE BARRENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 145**1. À promulgação. Total: 145****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 402/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOCIEDADE BENEFICÊNCIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Alegre, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 406/2012	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 407/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E LAZER DE FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 408/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL GUARANÉSIA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 409/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SARDOAENSE – COMUNITÁRIA, SOCIAL E CULTURAL SANTO ANTÔNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sardoá, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 413/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PORTO BRASIL FM ESTEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 414/2012	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Princesa Isabel, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 415/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 416/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIÃO DA SERRA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 417/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA KARISMA DE ROLANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 418/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA UNIÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 421/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO MATER ET MAGISTRA DE LONDRINA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 422/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARINGÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maringá, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012

1. À promulgação. Total: 145

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 423/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CERRO AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 426/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTÚDIO "A" FM - ASCRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 430/2012	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piçarras, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 431/2012	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 434/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 438/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR – CENTRAL SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 439/2012	Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orizona, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 445/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA INTEIRA AÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 446/2012	Aprova o ato que outorga concessão à TV STÚDIOS DE TEÓFILO OTONI S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 453/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farias Brito, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 454/2012	Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paramoti, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 456/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAIÇARA DISTRITO DE CRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz – Vila Caiçara, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 145**1. À promulgação. Total: 145****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 136**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 459/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. RÁDIO TUPI para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 460/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 466/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SERRA DA BOA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 473/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palotina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 475/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CACIQUE DE CAPÃO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 479/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA DE ICONHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 481/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012
PDS 503/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE GRUSSAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/12/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 13**1. À promulgação. Total: 13****Aprovada pelo Plenário. Total: 13**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 69/2012	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 59.103.957,00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).	Comissão de Assuntos Econômicos	12/12/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 13

1. À promulgação. Total: 13

Aprovada pelo Plenário. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 70/2012	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do "Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV) - Segunda Fase"	Comissão de Assuntos Econômicos	12/12/2012
PRS 71/2012	Autoriza o Estado do Piauí a contratar, com garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA, no valor de até SDR 12.770.903,00 (doze milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e três direitos especiais de saque), destinada ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido - Viva o Semiárido".	Comissão de Assuntos Econômicos	12/12/2012
PRS 72/2012	Autoriza a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até USD 88.655.996,00 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	12/12/2012
PRS 59/2010	Regulamenta os critérios e procedimentos a serem observados para o pagamento da Gratificação de Desempenho de que trata o art. 9º da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.	Jayme Campos	18/12/2012
PRS 56/2011	Denomina GELDA LYRA NASCIMENTO as dependências da Secretaria de Taquigrafia.	José Sarney	18/12/2012
PRS 50/2012	Denomina "Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima" o espaço físico do Senado Federal onde funciona o Programa Interlegis.	José Agripino	18/12/2012
PRS 74/2012	Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	18/12/2012
PRS 75/2012	Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Bank of America , N.A (BofAML), no valor total de até U\$ 726.441.566,00 (setecentos e vinte e seis milhões quatrocentos e quarenta e um mil quinhentos e sessenta e seis dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	18/12/2012
PRS 76/2012	Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do "Programa Rodoviário de Santa Catarina (ETAPA VI)".	Comissão de Assuntos Econômicos	18/12/2012
PRS 77/2012	Autoriza o Estado do Ceará a contratar, com garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA, nos valores de SDR 20.624.403,00 (vinte milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e três direitos especiais de saque) e de € 5.948.482,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois euros), destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - PDPC - do Projeto Paulo Freire".	Comissão de Assuntos Econômicos	18/12/2012
PRS 78/2012	Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal do RS (PROCONFIS RS)".	Comissão de Assuntos Econômicos	18/12/2012
PRS 68/2012	Reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Rio Grande do Norte contrate operação de crédito externo nela prevista.	Comissão de Assuntos Econômicos	19/12/2012

Matéria: Mensagem (sf). Total: 4

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 100/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalho.	Presidente da República	18/12/2012
MSF 102/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTRA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga do Senhor Mário Diamante.	Presidente da República	18/12/2012
MSF 98/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.	Presidente da República	18/12/2012
MSF 99/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.	Presidente da República	18/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Aprovada pela Mesa. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1013/2012	Requer, nos termos regimentais, que os Projetos de Lei do Senado nºs 130 e 208, de 2012, ora apensados, passem a tramitar de forma autônoma.	Antonio Carlos Valadares	11/12/2012
RQS 1050/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 61 e 46, de 2012.	Eunício Oliveira	11/12/2012
RQS 1051/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 112, de 2006 e nº 234, de 2012, por versarem sobre matéria correlata.	Cyro Miranda	11/12/2012
RQS 1052/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº. 92, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº. 606, de 2011, por versarem sobre temas correlatos e objetos expressamente semelhantes.	Cyro Miranda	11/12/2012
RQS 1053/2012	Requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 707 e 762, de 2011, por regularem a mesma matéria.	Cidinho Santos	11/12/2012
RQS 1066/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs. 295 e 263, de 2012, respectivamente.	Delcídio do Amaral	11/12/2012
RQS 994/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 359 e 364, de 2012.	Vital do Rêgo	11/12/2012
RQS 997/2012	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 57A, de 1999, e 52, de 2005.	Cristovam Buarque	11/12/2012

Deferida pela Mesa. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1074/2012	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Grupo Marfrig.	Vital do Rêgo	11/12/2012
RQS 885/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478, de 1997, informações ao Ministro de Minas e Energia a respeito do desabastecimento de gasolina e etanol nos postos de combustível do Estado do Amapá.	Randolfe Rodrigues	11/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Deferida pela Mesa. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 887/2012	Requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional acerca dos atuais projetos de infraestrutura energética beneficiados com incentivos fiscais na região Norte.	Walter Pinheiro	11/12/2012
RQS 888/2012	Requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia acerca da eventual consideração dos benefícios fiscais concedidos aos atuais projetos de infraestrutura energética na região Norte quando da proposição das tarifas e, se foram considerados, quais os eventuais impactos nos preços ofertados quando dos leilões ou licitações desses projetos.	Walter Pinheiro	11/12/2012
RQS 889/2012	Requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o que representará a concessão dos benefícios fiscais aos projetos atuais de infraestrutura energética na região Norte no que diz respeito à arrecadação dos tributos federais.	Walter Pinheiro	11/12/2012
RQS 908/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura sobre a distribuição dos recursos oriundos da Lei Rouanet.	Aécio Neves	11/12/2012
RQS 946/2012	Solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde, sobre os valores de investimentos repassados, via convênio e fundo a fundo, aos Estados e ao Distrito Federal, ano a ano, desde 2008, discriminados por unidade da federação.	Aécio Neves	11/12/2012
RQS 947/2012	Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o teto financeiro de média e alta complexidade dos Estados e do Distrito Federal.	Aécio Neves	11/12/2012
RQS 948/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da CF, combinado com o art. 216, inciso I, do RISF, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o teto financeiro da média e alta complexidade dos Estados e do Distrito Federal para fins de pagamento dos serviços de oncologia..	Aécio Neves	11/12/2012
RQS 949/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, sobre o valor do Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e do Distrito Federal, para fins de pagamentos dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico.	Aécio Neves	11/12/2012
RQS 955/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações à Ministra de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República acerca da distribuição e os valores dos recursos investidos em publicidade e patrocínio pelos órgão da administração federal nos anos de 2011 e 2012.	Alvaro Dias	11/12/2012
RQS 960/2012	Requer, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, ao Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e ao Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), para prestarem esclarecimentos sobre matéria publicada no Jornal Estado de São Paulo, no dia 29 de setembro de 2012, sob os títulos "32 Parques Eólicos estão Parados à Espera de Transmissão de Energia" e "Energia Eólica à Espera de Linhas no Sertão Baiano".	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	11/12/2012
RQS 962/2012	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado dos Transportes, com especial atenção aos dados referentes ao Estado do Espírito Santo, informações acerca do quantitativo, localização e processo de aquisição dos radares (fixos e móveis) que monitoram o excesso de velocidade nas rodovias federais, bem como eventuais problemas na operacionalização destes.	Ricardo Ferraço	11/12/2012
RQS 964/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao senhor Ministro de Estado das Comunicações sobre processos de concessões em tramitação na Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.	Alvaro Dias	11/12/2012
RQS 968/2012	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao senhor Ministro de Minas e Energia informações sobre o aumento da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Amazonas, em decorrência de instabilidades no sistema energético que supre a região.	Vanessa Grazziotin	11/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Deferida pela Mesa. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 977/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro da Educação, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informações a respeito do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.	Vanessa Grazziotin	11/12/2012
RQS 993/2012	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência acerca dos valores de benefícios de previdência complementar pagos no Brasil e regulados pela Secretaria de Previdência Complementar, além dos respectivos encargos relacionados ao Imposto de Renda Retido na Fonte.	Ricardo Ferraço	11/12/2012
RQS 1036/2012	Requer informações ao senhor Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre o Gabinete Regional da Presidência na cidade de São Paulo.	Mário Couto	20/12/2012
RQS 168/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre benefícios pagos aos "soldados da borracha", brasileiros que, em razão da II Guerra Mundial, foram alistados para trabalharem na extração de látex na floresta amazônica.	Vanessa Grazziotin	20/12/2012
RQS 982/2012	Requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia sobre os reajustes concedidos à Distribuidora Light, a partir de 6 de novembro de 2012, a 31 cidades do Rio de Janeiro.	Lindbergh Farias	20/12/2012
RQS 983/2012	Requer, nos termos do art. 50 c/c art. 70, ambos da Constituição Federal, e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura sobre as medidas adotadas pelo Ministério em relação às recomendações e considerações feitas pelo Tribunal de Contas da União, a partir do Acórdão 1404/2012 - Plenário (itens 9.2.1, 9.4.2, 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	20/12/2012
RQS 984/2012	Requer, nos termos do art. 50 c/c art. 70, ambos da Constituição Federal, e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre as medidas adotadas pelo Ministério em relação às recomendações e considerações feitas pelo Tribunal de Contas da União, a partir do Acórdão 1404/2012-Plenário (itens 9.2.1, 9.4.2, 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	20/12/2012

Aprovada pelo Plenário. Total: 78

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1060/2012	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa o dia 10 de dezembro de 2012, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação na cidade de Manaus - AM, conforme Requerimento nº 226, de 2012, oportunidade em que participará da Reunião de Audiência Pública da CPI de Tráfico de Pessoas.	Paulo Davim	04/12/2012
RQS 1061/2012	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa o dia 10 de dezembro de 2012, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação na cidade de Manaus - AM, conforme Requerimento nº 226, de 2012 (em anexo), oportunidade em que participará da Reunião de Audiência Pública da CPI de Tráfico de Pessoas.	Lídice da Mata	04/12/2012
RQS 1062/2012	Requer, com fundamento nos artigos nº 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em Audiência Pública da CPMI da Violência Contra a Mulher na Cidade de Goiânia-GO, no dia 14 de dezembro de 2012.	Ana Rita	04/12/2012
RQS 958/2012	Solicita que os PLS 192/2011; PLS 289/2011; PLS 744/2011; PLS 761/2011; PLS 35/2012; PLS 89/2012; PLS 100/2012 e PLS 114/2012, sejam apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Ricardo Ferraço	04/12/2012
RQS 1049/2012	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 26 de abril de 2013, destinada a comemorar os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).	Ana Amélia	05/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Aprovada pelo Plenário. Total: 78

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1067/2012	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 10 de dezembro de 2012, com ônus para a Casa, objetivando presidir Audiência Pública da CPI - Tráfico de Pessoas, em Manaus/AM.	Vanessa Grazziotin	05/12/2012
RQS 1068/2012	Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995.	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	05/12/2012
RQS 1070/2012	Requer, nos termos do inciso II, do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do PLS 156, de 2011.	Alvaro Dias	05/12/2012
RQS 1071/2012	Requer, nos termos do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009.	Renan Calheiros	05/12/2012
RQS 1075/2012	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 3 de dezembro de 2012, com ônus para a Casa, objetivando presidir Audiência Pública da CPI - Tráfico de Pessoas, em Natal/RN.	Vanessa Grazziotin	05/12/2012
RQS 1076/2012	Requer, nos termos dos artigos 218, 220 e 412 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas as seguintes homenagens em virtude do falecimento do arquiteto Oscar Niemeyer, ocorrido no dia 5 de dezembro de 2012, aos 104 anos: inserção em Ata de voto de profundo pesar; apreensão de condolências à família; e levantamento da sessão.	José Sarney	06/12/2012
RQS 1077/2012	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme as tradições da Casa, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do arquiteto Oscar Niemeyer, bem como seja encaminhado o referido Voto à família, em nome da sua viúva, Senhora Vera Lúcia Niemeyer.	Vanessa Grazziotin	06/12/2012
RQS 1078/2012	Requer, com fundamento nos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Oscar Niemeyer, ocorrido em 05 de dezembro de 2012, com a apresentação das devidas condolências à família.	Pedro Simon	06/12/2012
RQS 1079/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do arquiteto Oscar Niemeyer, ocorrido no dia 5 de dezembro de 2012.	Alvaro Dias	06/12/2012
RQS 1080/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Oscar Niemeyer, ocorrido no dia 05 de novembro de 2012.	Eduardo Suplicy	06/12/2012
RQS 1081/2012	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do arquiteto Oscar Niemeyer.	Inácio Arruda	06/12/2012
RQS 1085/2012	Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se afastar dos trabalhos da Casa, no período de 12 de dezembro de 2012 a 12 de abril de 2013, para tratar de assuntos particulares.	Mozarildo Cavalcanti	11/12/2012
RQS 1095/2012	Requer a devolução simbólica dos mandatos dos ex-Senadores cassados durante o regime militar e a realização de Sessão do Senado Federal para homenageá-los e entregar a Suas Exelências os devidos diplomas.	José Sarney	11/12/2012
RQS 1000/2012	Requer, nos termos do inciso II, alínea c, item 12, do art. 255, combinado com o inciso I do art. 99, do RISF, a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012, além da comissão constante no despacho inicial.	Wilder Morais	12/12/2012
RQS 1014/2012	Requer, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 358, de 2004; 373, de 2007; e 389, de 2008, Complementares, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	12/12/2012
RQS 1039/2012	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, seja remetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Ciro Nogueira	12/12/2012
RQS 1040/2012	Requer, nos termos do inciso I do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Romero Jucá	12/12/2012
RQS 1056/2012	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12 do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2010, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.	Paulo Davim	12/12/2012
RQS 1063/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2012 e do Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.	Vital do Rêgo	12/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Aprovada pelo Plenário. Total: 78

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1064/2012	Nos termos regimentais, requer que o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das comissões constantes no despacho inicial.	Vital do Rêgo	12/12/2012
RQS 1065/2012	Nos termos regimentais, requer que o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, seja apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, além das comissões constantes no despacho inicial.	Vital do Rêgo	12/12/2012
RQS 926/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 127, de 2012, e 513, de 2007.	Delcídio do Amaral	12/12/2012
RQS 938/2012	Requer, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 127, de 2012; e 83, de 2007(tramitando em conjunto com o PLS nº 84/2007).	José Agripino	12/12/2012
RQS 957/2012	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2012, seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante no despacho inicial.	Ana Amélia	12/12/2012
RQS 963/2012	Requer que o Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2011, seja submetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante no despacho inicial de distribuição.	Humberto Costa	12/12/2012
RQS 988/2012	Requer que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2012, seja ouvida também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da constante do despacho inicial.	Sérgio Souza	12/12/2012
RQS 989/2012	Requer que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2012, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante do despacho inicial.	Sérgio Souza	12/12/2012
RQS 990/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 69 e 179, de 2012.(PLS nº 69/2012 já tramitando em conjunto com os PLS nºs 752/2011 e 341/2012)	José Agripino	12/12/2012
RQS 991/2012	Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, c/c art. 99, I, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2012, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante no despacho inicial.	Francisco Dornelles	12/12/2012
RQS 992/2012	Requer, nos termos do inciso II, alínea C, item 12, do art. 255, combinado com o inciso I do art. 99, todos do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, seja remetida à Comissão de Assuntos Econômicos, para analisar as repercussões econômicas, especialmente sobre tarifas e investimentos de concessões rodoviárias.	Armando Monteiro	12/12/2012
RQS 998/2012	Requer tramitação conjunta dos seguintes PLS nº: 196, de 2007 e 431, de 2003, que já tramita em conjunto ao PLS nº 150, de 2009.	Romero Jucá	12/12/2012
RQS 999/2012	Requer, nos termos do inciso II, alínea c, item 12, do art. 255, combinado com o inciso I do art. 99, do RISF, a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012, além da comissão constante no despacho inicial.	Armando Monteiro	12/12/2012
RQS 1091/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, no período de 22 a 27 de janeiro de 2013, para participar, na qualidade de presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de reuniões Plenária e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana - EUROLAT, a realizar-se no período de 23 a 26 de janeiro de 2013, em Santiago - Chile, e, nos termos do art. 39 do referido Regimento, comunica que estará ausente do País nos dias 22 a 27 de janeiro de 2013.	Roberto Requião	13/12/2012
RQS 1105/2012	Solicita correção da redação do Requerimento nº 434, de 2012	Lídice da Mata	13/12/2012
RQS 1123/2012	Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1124/2012	Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1125/2012	Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2012.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Aprovada pelo Plenário. Total: 78

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1126/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17/12/2012
RQS 1127/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	17/12/2012
RQS 1128/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1129/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1130/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2012.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	17/12/2012
RQS 1131/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1132/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1134/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1135/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1136/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1137/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1139/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1140/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1141/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1142/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1143/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1144/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1145/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1146/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 59, de 2010.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1155/2012	Requer, nos termos do art. 344 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1133, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Aprovada pelo Plenário. Total: 78

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1156/2012	Requer, nos termos do art. 344 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1138, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1103/2012	Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os arts. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de janeiro de 2013, para participar da Primeira Cúpula de Legislação Climática, a convite da Globe Internacional e da Cúpula Mundial de Legisladores, a realizar-se em Londres, Reino Unido.	Cícero Lucena	19/12/2012
RQS 1107/2012	Requer, como Membro Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça e com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 04 a 09 de março de 2013, para participar de missão oficial, a ser organizada pela embaixada Suíça no Brasil e pelo Grupo Parlamentar Suíça América-Latina, naquele País. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 28 de fevereiro a 11 de março de 2013.	Paulo Bauer	19/12/2012
RQS 1108/2012	Requer, como Membro do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça e com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 04 a 09 de março de 2013, para participar de missão oficial, a ser organizada pela embaixada Suíça no Brasil e pelo Grupo Parlamentar Suíça América-Latina, naquele País. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 02 a 11 de março de 2013.	Luiz Henrique	19/12/2012
RQS 1109/2012	Requer, como Membro Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça e com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 04 a 09 de março de 2013, para participar de missão oficial, a ser organizada pela embaixada Suíça no Brasil e pelo Grupo Parlamentar Suíça América-Latina, naquele País. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 28 de fevereiro a 11 de março de 2013.	Inácio Arruda	19/12/2012
RQS 1038/2012	Requer, nos termos do art. 258 combinado com o art. 374, II, do RISF, a tramitação conjunta dos seguintes projetos: PLC 12/09, PLC 57/09, PLC 99/09, PLC 143/08, PLC 182/08, PLC 193/08, PLC 40/07, PLS 50/12, PLS 90/12, PLS 97/12, PLS 209/12, PLS 6/11, PLS 65/11, PLS 271/11, PLS 439/11, PLS 460/11, PLS 463/11, PLS 470/11, PLS 125/10, PLS 180/10, PLS 274/10, PLS 276/10, PLS 277/10, PLS 278/10, PLS 279/10, PLS 280/10, PLS 281/10, PLS 282/10, PLS 283/10, PLS 1/09, PLS 135/09, PLS 408/09, PLS 429/09, PLS 340/08, PLS 154/07, PLS 542/07 e PLS 371/12.	Alvaro Dias	20/12/2012
RQS 1083/2012	Requer, nos termos do nº 12, alínea c, inciso II, do art. 255, combinado com o art. 104-B, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2011, além das Comissões Constantes do despacho inicial, seja também apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.	Acir Gurgacz	20/12/2012
RQS 1084/2012	Requer, nos termos do inciso II, alínea c, item 12, do art. 255, combinado com o inciso II, do artigo 102-A, do RISF, a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, além das comissões constantes no despacho inicial.	Rodrigo Rollemberg	20/12/2012
RQS 1087/2012	Solicita a tramitação em conjunto do PLS 145/2005 com os PLS 108 e 385/2003; 68/2004; 208, 463, 581, 586/2007; 375 e 539/2009; 174/2010; 16, 35, 137, 157, 524, 663/2011; 49 e 390/2012. (O PLS 145/2005 já tramita em conjunto com as seguintes matérias: PLS 303 e 326/2010) (O PLS 581/2007 já tramita em conjunto com as seguintes matérias: PLS 301/2008; 466/2009; 580/2011 e 48/2012)	José Pimentel	20/12/2012
RQS 1088/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011 e do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, por versarem sobre o mesmo assunto.	José Pimentel	20/12/2012
RQS 1094/2012	Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, C, 12, c/c art. 104 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2008, seja ouvido pela Comissão de Serviço de Infraestrutura, além da Comissão constante no despacho inicial.	Francisco Dornelles	20/12/2012
RQS 1106/2012	Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2009.	Valdir Raupp	20/12/2012
RQS 1120/2012	Requer, com fundamento no art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 343, de 2012, seja também apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da Comissão constante do despacho inicial.	Valdir Raupp	20/12/2012
RQS 1122/2012	Requer, nos termos do inciso I do art. 279 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 289, de 2012, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além das Comissões constantes do despacho inicial.	Romero Jucá	20/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140

Aprovada pelo Plenário. Total: 78

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1185/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2012, com o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011.	José Agripino	20/12/2012
RQS 979/2012	Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, de forma a retomar sua tramitação autônoma.	Paulo Paim	20/12/2012

Encaminhada pela Presidência. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1047/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Sindicato dos Radialistas de Manaus, em comemoração ao dia do radialista, comemorando no dia 7 de novembro.	Vanessa Grazziotin	03/12/2012
RQS 1048/2012	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e aplausos ao SINDICATO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS, por ocasião da comemoração ao dia do músico, comemorado dia 22 (vinte e dois de novembro).	Vanessa Grazziotin	03/12/2012
RQS 1054/2012	Requer, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar pelo falecimento do ex-atleta de salto triplo NELSON PRUDÊNCIA, ocorrido no dia 23 de novembro de 2012.	Ana Amélia	04/12/2012
RQS 1055/2012	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à AGERT - ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE RÁDIO E TELEVISÃO, que completará 50 anos no dia 13 de dezembro de 2012.	Ana Amélia	04/12/2012
RQS 1072/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao advogado Alberto Simonetti Cabral Neto por ter sido eleito presidente da Seccional da OAB do Amazonas, no dia 30 de novembro de 2012.	Vanessa Grazziotin	05/12/2012
RQS 1073/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Instituto de Educação do Amazonas (IEA) pelos seus 132 anos, completados no dia 4 de novembro de 2012.	Vanessa Grazziotin	05/12/2012
RQS 1082/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista, apresentador e mediador do programa Canal Livre, da Band, Joelmir Beting, aos 75 anos.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	07/12/2012
RQS 1086/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Dr. Gu Hang Hu, médico acupunturista chinês.	José Sarney	10/12/2012
RQS 1089/2012	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata e o envio de voto de pesar pelo falecimento da tabeliã mato-grossense MARIA IZABEL BARROS MACIEL, bem como a apresentação de condolências à família.	Pedro Taques	11/12/2012
RQS 1092/2012	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do médico mato-grossense Manoel de Almeida Figueiredo, bem como a apresentação de condolências à família.	Pedro Taques	11/12/2012
RQS 1093/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento da professora Idalina Tavares Barreiros.	Alvaro Dias	11/12/2012
RQS 1104/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA e AO PROFESSOR VALTER ALENCAR.	João Vicente Claudino	12/12/2012
RQS 1111/2012	Requer, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Escola Estadual Rivanda Nazare da Silva Guimarães, bem como à aluna Ana Lina Souza de Oliveira e à professora Lilian Torres Chaves, por terem sido premiadas na 3ª Olimpíada da Língua Portuguesa "Escrevendo o Futuro de 2012", Categoria Artigo de Opinião com o texto "Os Piratas do Rio Amazonas", com encaminhamento de manifestação de regozijo às homenageadas e registro nos anais da Casa.	Randolfe Rodrigues	13/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140**Encaminhada pela Presidência. Total: 28**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1119/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Bispo Sérgio Castriani, nomeado como o novo bispo da Arquidiocese de Manaus, ocorrido no dia 13 de dezembro de 2012.	Vanessa Grazziotin	13/12/2012
RQS 1158/2012	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, apresentação de condolências à família e o envio do discurso proferido na sessão solene destinada a homenagear o ex Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Aloísio Teixeira, por sua trajetória de vida e pela luta para o aperfeiçoamento da educação superior no Brasil, realizada no dia 14 de dezembro de 2012.	Lindbergh Farias	17/12/2012
RQS 1161/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de congratulações à RBS TV - Porto Alegre, pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 29 de dezembro de 2012.	Ana Amélia	18/12/2012
RQS 1162/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de congratulações à Rádio Cultura AM, pelo transcurso dos 30 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 31 de dezembro de 2012.	Ana Amélia	18/12/2012
RQS 1163/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de congratulações ao Jornal O Diário, pelo transcurso dos 20 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 24 de dezembro de 2012.	Ana Amélia	18/12/2012
RQS 1164/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações ao JORNAL VS pelo transcurso dos 55 anos de sua fundação.	Ana Amélia	18/12/2012
RQS 1165/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO MARISTELA AM pelo transcurso dos 55 anos de sua fundação.	Ana Amélia	18/12/2012
RQS 1166/2012	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da ex-senadora cearense Maria Alacoque Bezerra.	Inácio Arruda	18/12/2012
RQS 1176/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado VOTO DE APLAUSO ao jornalista CACO BARCELLOS, da Rede Globo de Televisão, pela excelência e didatismo das matérias exibidas no Programa "Profissão Repórter".	Cássio Cunha Lima	19/12/2012
RQS 1177/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de PRESIDENTE FIGUEIREDO, em homenagem aos trinta anos de sua criação.	Vanessa Grazziotin	19/12/2012
RQS 1178/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Beruri, em homenagem aos trinta e um anos de sua criação.	Vanessa Grazziotin	19/12/2012
RQS 1179/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Uariní, em homenagem aos trinta e um anos de sua criação.	Vanessa Grazziotin	19/12/2012
RQS 1180/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Comando do 9º Distrito Naval, por ocasião da comemoração do dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro.	Vanessa Grazziotin	19/12/2012
RQS 1181/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de GUAJARÁ, em homenagem aos trinta e um anos de sua criação, comemorado no dia de 10 de dezembro de 2012.	Vanessa Grazziotin	19/12/2012
RQS 1182/2012	Solicita a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do senhor Osvaldo Biolchi, ocorrido na manhã de 20 de dezembro de 2012.	Pedro Simon	20/12/2012

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1160/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso e congratulações ao Sport Club Corinthians Paulista pela conquista do Bicampeonato Mundial de Clubes da FIFA.	Eduardo Suplicy	18/12/2012

Matéria: Requerimento. Total: 140**Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1121/2012	Requer, com fundamento no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2011.	Humberto Costa	13/12/2012

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1133/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012
RQS 1138/2012	Requer, nos termo do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	17/12/2012

Matéria: Requerimento de Licença. Total: 57

Arts. 13; 40 (sem ônus); 43, I; e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
646/2012-M	Zeze Perrella	13	04.12 a 06.12	Atividade Parlamentar
647/2012-M	Garibaldi Alves	43, I	03.12 a 28.12	Licença Saúde
648/2012-M	Benedito de Lira	43, I	17.11 a 21.12	Licença Saúde
649/2012-M	Antonio Russo	43, I	03.12 a 01.01	Licença Saúde
650/2012-M	Mário Couto	13	06.12	Atividade Parlamentar
651/2012-M	Lobão Filho	43, II	06.12	Licença Particular
652/2012-M	Eduardo Braga	13	06.12	Atividade Parlamentar
653/2012-M	José Agripino	13	06.12	Atividade Parlamentar
654/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	06.12	Atividade Parlamentar
655/2012-M	Cícero Lucena	13	06.12	Atividade Parlamentar
656/2012-M	Renan Calheiros	13	06.12	Atividade Parlamentar
657/2012-M	Luiz Henrique da Silveira	40 (sem ônus)	09.12 a 15.12	Participar da comitiva da Presidenta da República na visita à França e à Rússia.
658/2012-M	Cristovam Buarque	13	13 e 14.12	Atividade Parlamentar
659/2012-M	Ana Amélia	13	17.12	Atividade Parlamentar
660/2012-M	João Costa	13	13.12	Atividade Parlamentar
661/2012-M	Renan Calheiros	13	12.12	Atividade Parlamentar
662/2012-M	Valdir Raupp	13	13.12	Atividade Parlamentar
663/2012-M	Lúcia Vânia	13	13.12	Atividade Parlamentar
664/2012-M	Armando Monteiro	13	13.12	Atividade Parlamentar
665/2012-M	Pedro Simon	13	13.12	Atividade Parlamentar
666/2012-M	Epitácio Cafeteira	43, I	29.11 a 10.12	Licença Saúde
667/2012-M	Eduardo Amorim	13	17.12	Atividade Parlamentar
668/2012-M	Aécio Neves	13	13.12	Atividade Parlamentar
669/2012-M	Wilder Moraes	13	13.12	Atividade Parlamentar
670/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	13.12	Atividade Parlamentar
671/2012-M	Zezé Perrella	13	13.12	Atividade Parlamentar
672/2012-M	Paulo Bauer	13	17.12	Atividade Parlamentar
673/2012-M	João Durval	13	17.12 a 19.12	Atividade Parlamentar
674/2012-M	Clésio Andrade	13	17.12	Atividade Parlamentar
675/2012-M	Magno Malta	13	17.12	Atividade Parlamentar
676/2012-M	Armando Monteiro	13	17.12	Atividade Parlamentar
677/2012-M	Jader Barbalho	13	17 a 19.12	Atividade Parlamentar
678/2012-M	Paulo Davim	13	17.12	Atividade Parlamentar
679/2012-M	Zeze Perrella	13	17.12	Atividade Parlamentar
680/2012-M	Aécio Neves	13	17.12	Atividade Parlamentar
681/2012-M	Fernando Collor	13	17.12	Atividade Parlamentar
682/2012-M	Flexa Ribeiro	13	17.12	Atividade Parlamentar
683/2012-M	Ivo Cassol	13	17.12	Atividade Parlamentar
684/2012-M	Sérgio Petecão	13	19.12	Atividade Parlamentar
685/2012-M	Fernando Collor	13	19.12	Atividade Parlamentar
686/2012-M	João Durval	13	20.12	Atividade Parlamentar
687/2012-M	Mário Couto	13	20.12	Atividade Parlamentar
688/2012-M	Clésio Andrade	13	20.12	Atividade Parlamentar
689/2012-M	Jarbas Vasconcelos	13	20.12	Atividade Parlamentar
690/2012-M	Anibal Diniz	13	20.12	Atividade Parlamentar
691/2012-M	Armando Monteiro	13	20.12	Atividade Parlamentar
692/2012-M	João Ribeiro	13	20.12	Atividade Parlamentar
693/2012-M	Eunício Oliveira	13	20.12	Atividade Parlamentar
694/2012-M	Aloysio Nunes Ferreira	13	20.12	Atividade Parlamentar
695/2012-M	Cícero Lucena	13	20.12	Atividade Parlamentar
696/2012-M	Inácio Arruda	13	20.12	Atividade Parlamentar
697/2012-M	Luiz Henrique	13	20.12	Atividade Parlamentar
698/2012-M	Aécio Neves	13	20.12	Atividade Parlamentar
699/2012-M	Fernando Collor	13	20.12	Atividade Parlamentar
700/2012-M	Humberto Costa	43,II	01.02 a 13.02.13	Licença Particular
701/2012-M	Waldemir Moka	43, II	20.12	Licença Particular
702/2012-M	Valdir Raupp	13	20.12	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha

01 a 22/12/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

01 a 22/12/2012

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	03
Conjunta Solene	02
Total	05

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovados)	16
Total	16

Lidas	Quantidade
Vetos totais	002
Vetos parciais	148
Total	150

Resenha Consolidada

02/02 a 22/12/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	09
Conjunta Solene	20
Total	29

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovados)	21
PRN (aprovado)	01
Retificações (aprovadas)	03
Total	25

Sessões Realizadas 01 a 22/12/2012

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	07/12/2012, às 14h30min (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar os 69 anos do Movimento dos Focolares.
Conjunta	12/12/2012, às 12 horas. Iniciada às 13h48min, suspensão às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensão às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min. (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.
Conjunta Solene	14/12/2012, às 14 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a homenagear o ex-Reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, por sua trajetória de vida e pela luta para o aperfeiçoamento da educação superior no Brasil.
Conjunta	18/12/2012, às 19 horas. Iniciada em 18/12/2012, às 22h09min, suspensão às 22h40min – reaberta em 19/12/2012, às 19h18min, encerrada às 19h26min. (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.
Conjunta	19/12/2012, às 12 horas. Iniciada às 13h22min, suspensão às 13h23min – reaberta às 15h18min, encerrada às 15h22min.	Destinada à apreciação de vetos presidenciais.

Matérias 01 a 22/12/2012

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
50/2012-CN (nº 219/2012, na origem)	PL nº 10/2012-CN Leitura: 31/05/2012	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 802.197.850,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensão às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensão às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.746, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
52/2012-CN (nº 221/2012, na origem)	PL nº 12/2012-CN Leitura: 31/05/2012	Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 37.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensão às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensão às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.747, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
54/2012-CN (nº 223/2012, na origem)	PL nº 14/2012-CN Leitura: 31/05/2012	Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 141.276.277,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensão às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensão às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.748, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
55/2012-CN (nº 224/2012, na origem)	PL nº 15/2012-CN Leitura: 31/05/2012	Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e das Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.789.182.545,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensão às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensão às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.749, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
66/2012-CN (nº 292/2012, na origem)	PL nº 17/2012-CN Leitura: 29/06/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.162.367,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.750, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
68/2012-CN (nº 294/2012, na origem)	PL nº 19/2012-CN Leitura: 29/06/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 1.790.000.000,00, para o fim que especifica.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.751, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
69/2012-CN (nº 295/2012, na origem)	PL nº 20/2012-CN Leitura: 29/06/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 1 00.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.752, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
70/2012-CN (nº 296/2012, na origem)	PL nº 21/2012-CN Leitura: 29/06/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.228.086.820,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.753, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
75/2012-CN (nº 325/2012, na origem)	PL nº 22/2012-CN Leitura: 06/08/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$ 14.510.591,00, para os fins que especifica.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Aprovado o Substitutivo. À sanção
86/2012-CN (nº 355/2012, na origem)	PL nº 23/2012-CN Leitura: 09/08/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00, para os fins que especifica.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.754, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
112/2012-CN (nº 453/2012, na origem)	PL nº 29/2012-CN Leitura: 16/10/2012	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 9.030.000,00, para os fins que especifica.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.755, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
114/2012-CN (nº 455/2012, na origem)	PL nº 31/2012-CN Leitura: 16/10/2012	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 54 8.210.050,00, para o reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.756, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
121/2012-CN (nº 462/2012, na origem)	PL nº 38/2012-CN Leitura: 16/10/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e das Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.600.911,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.757, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
126/2012-CN (nº 467/2012, na origem)	PL nº 43/2012-CN Leitura: 16/10/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 167.590.000,00, para os fins que especifica.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Aprovado o Substitutivo. À sanção
127/2012-CN (nº 468/2012, na origem)	PL nº 44/2012-CN Leitura: 16/10/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e das Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.402.258.308,00, para o reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.758, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
129/2012-CN (nº 470/2012, na origem)	PL nº 46/2012-CN Leitura: 16/10/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 590.979.322,00, para o reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Sancionada a Lei nº 12.759, de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)
147/2012-CN (nº 522/2012, na origem)	PLS nº 448/2011 (nº 2.565/2011, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 38/2012	Modifica as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Lido Total - 140 Veto Parcial
148/2012-CN (nº 523/2012, na origem)	PLC nº 32/2012- Complementar (PL nº 230/2004- Complementar, na Casa de origem) Veto Total nº 39/2012	Acrescenta subitem ao item 17 da lista de serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e acrescenta inciso III ao § 2º do art. 7º da mesma Lei Complementar.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Lido Total - 01 Veto Total

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
149/2012-CN (nº 524/2012, na origem)	PLC nº 65/2011 (PL nº 1.200/2003, na Casa de origem) Veto Total nº 40/2012	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre o processo nacional de avaliação do ensino fundamental e médio e da educação superior.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Lido Total - 01 Veto Total
150/2012-CN (nº 525/2012, na origem)	PLC nº 89/2003 (PL nº 84/1999, na Casa de origem) Veto Parcial nº 41/2012	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Lido Total - 03 Veto Parcial
156/2012-CN (nº 554/2012, na origem)	PLS nº 174/2006 (nº 1.472/2007, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 42/2012	Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.	12/12/2012, iniciada às 13h48min, suspensa às 15h12min – reaberta às 15h17min, suspensa às 17h23min – reaberta às 17h39min, encerrada às 18h13min.	Lido Total - 05 Veto Parcial

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 01 a 22/12/2012

Nº	Assunto
53/2012 (public. no DOU de 29/11/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve: Art. 1º Designar o Deputado Wellington Fagundes, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em substituição ao Deputado Giacobbo, em virtude de ausência expressa de S. Exª, aposta no Ofício nº 551/2012, do Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, na Câmara dos Deputados.
54/2012 (public. no DOU de 11/12/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 585, de 23 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 01 a 22/12/2012

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
567/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que, a requerimento das lideranças dos seguintes partidos no Senado Federal: PDT, PTB, PT, PSDB, PMDB, DEM, PCdoB, PSB e PSD; e das lideranças dos seguintes partidos na Câmara dos Deputados: PDT, PSC, PSDB, PP, PSB, PSD, PMDB, PR, PCdoB, DEM e PTB; e também com a aprovação na Mesa do Senado Federal em sua reunião realizada nesta data, está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 19/12/2012, quarta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.
566/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 67, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 590.979.322,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
565/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 66, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.402.258.308,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
564/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 65, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 43, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 165.930.000,00, para os fins que especifica".
563/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 64, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 38, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.600.911,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
562/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 63, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 31, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 548.210.050,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
561/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 62, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 29, de 2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 9.030.000,00, para os fins que especifica".
560/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 61, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00, para os fins que especifica".
559/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 60, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 14.510.591,00, para os fins que especifica".
558/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 59, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 21, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, créditos suplementar no valor global de R\$ 1.228.086.820,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
557/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 58, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".
556/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 57, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 1.790.000.000,00, para o fim que especifica".
555/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 56, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.162.367,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
554/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 55, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 15, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, o crédito suplementar no valor global de R\$ 1.789.182.545,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
553/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 54, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 14, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, o crédito suplementar no valor global de R\$ 1.41.276.277,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
552/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 53, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 12, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, o crédito suplementar no valor global de R\$ 37.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
551/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 52, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 10, de 2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, o crédito suplementar no valor global de R\$ 802.197.850,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
550/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2012 (Medida Provisória nº 577, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 13/12/2012, que "Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica; altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.508, de 20 de julho de 2007, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.492, de 10 de setembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências".
549/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 51, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2012, que "Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica; altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.508, de 20 de julho de 2007, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.492, de 10 de setembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências".
548/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2012 (Medida Provisória nº 584, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 17/12/2012, que "Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016".
547/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 50, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2012, que "Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016".
546/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 1.677-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.576/2012-5, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. A matéria, publicada no DSF de 18/12/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
545/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Participa que o Senado Federal, em sessão realizada em 17/12/2012, aprovou a Medida Provisória nº 578, de 2012, que "Permite a depreciação acelerada dos veículos automotores para transportes e mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e trens que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI", ficando, por consequência, prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2012.
544/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que, tendo em vista a decisão do Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Fux, proferida no Mandado de Segurança nº 31.816/2012, a Ordem do Dia da sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 18/12/2012, às dez e nove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, será destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
543/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se na próxima terça-feira, dia 18 de dezembro do corrente, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Veto nº 38, de 2012, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011 (nº 2.565/2011, na Câmara dos Deputados), que originou a Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que “modifica as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para de terminar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha”.
542/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu a Mensagem nº 560, de 2012, na origem, do Vice-Presidente da República, no exercício da presidência, comunicando retificação à Medida Provisória nº 593, de 2012. Informa, ainda, que os avulsos foram republicados em 10/12/2012 e que a matéria será juntada ao processado da referida Medida Provisória.
541/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, as Mensagens nºs 561, 562 e 563, de 2012, na origem, encaminhando, ao Congresso Nacional, respectivamente, propostas de modificações dos Projetos de Lei, a seguir relacionados: - Projeto de Lei nº 47, de 2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 64.549.355,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; - Projeto de Lei nº 48, de 2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 73.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; e - Projeto de Lei nº 42, de 2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor de R\$ 89.735.519,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. As mensagens serão anexadas aos respectivos processados dos Projetos de Lei do Congresso Nacional e publicadas em avulsos e no DSF de 13/12/2012.
540/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 588, de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica”. À Medida foram oferecidas 2 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 50, de 2012-CN, que conclui pelo PLV nº 31, de 2012.
539/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi constatada inexistência material nos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012, que “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modificação da tarifa, e dá outras providências”, conforme a seguir: no § 1º do art. 11, onde se lê: “§ 1º Nos casos em que o prazo remanescente da concessão for inferior a sessenta meses, contados a partir de 12 de setembro de 2012, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado em até trinta dias da data do início de sua vigência”. leia-se: “§ 1º Nos casos em que o prazo remanescente da concessão for inferior a sessenta meses da publicação da Medida Provisória nº 579, de 2012, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado em até trinta dias da data do início de sua vigência”.
538/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 579, de 2012, que “Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modificação da tarifa, e dá outras providências”. À Medida foram oferecidas 41 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 39, de 2012-CN, que conclui pelo PLV nº 30, de 2012.
537/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 11/12/2012, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, foi transferida para 12 de dezembro, às 12 horas, com a mesma Ordem do Dia, no Plenário da Câmara dos Deputados.
536/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 149, de 2012-CN (nº 524/2012, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2011 (PL nº 1.200, de 2003, nessa Casa), que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre o processo nacional de avaliação do ensino fundamental e médio e da educação superior”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
535/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 148, de 2012-CN (nº 523/2012, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2012-Complementar (PL nº 230, de 2004-Complementar, nessa Casa), que “Acrescenta subitem ao item 17 da lista de serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e acrescenta inciso III ao § 2º do art. 7º da mesma Lei Complementar”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
534/2012-CN	Senhora Doris Marize Romariz Peixoto – Diretora-Geral do Senado Federal	Informa a indicação do seu nome para ser a graciada com a Comenda do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, no grau de Comendador, expressando, com esse gesto, o reconhecimento do Poder Legislativo brasileiro ao seu profícuo trabalho realizado com dedicação e competência na condução administrativa do Senado da República.
533/2012-CN	Senhora Claudia Lyra Nascimento – Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal	Informa a indicação do seu nome para ser promovida na Ordem do Congresso Nacional, para o grau de Grande Oficial, expressando, com esse gesto, o reconhecimento do Poder Legislativo brasileiro ao seu profícuo trabalho realizado com dedicação e competência na condução de toda a Atividade Legislativa do Senado da República.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
532/2012-CN	Senhor Raimundo Carreiro Silva – Ministro do TCU	Informa a indicação do seu nome para ser promovido na Ordem de Congresso Nacional, para o grau de Grande Oficial, expressando, neste gesto, o reconhecimento do Poder Legislativo brasileiro ao seu expressivo trabalho nas ações saneadoras do Tribunal de Contas da União.
531/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 11 de dezembro do corrente, terça-feira, às doze horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.
530/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência autuou, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Ofício nº 56, de 2012-CN (nº 0294/2012, na origem) da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que “Encaminha a programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para o exercício de 2013”. A matéria, publicada no DSF de 30/11/2012, re torna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
529/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 29, de 2012-CN (nº 1.334-GP/TCU, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2012. A matéria, publicada no DSF de 04/12/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
528/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 150, de 2012-CN (nº 525/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (PL nº 84, de 1999, nessa Casa), que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
527/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 147, de 2012-CN (nº 522/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011 (PL nº 2.565, de 2011, nessa Casa), que “Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
526/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 24 de novembro do corrente, para a apresentação de projeto de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 571, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2012, e a consequente extinção da Comissão mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 2, de 2002-CN.
525/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 3 de dezembro de 2012, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, a Medida Provisória nº 592, de 2012, que “Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social”. Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecer o calendário para a sua tramitação, conforme relação anexa, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 5 de dezembro de 2012.
524/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012 (Medida Provisória nº 580, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 04/12/2012, que “Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Citec, e nº 1.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e 12.462, de 4 de agosto de 2011, e dá outras providências”.
523/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 49, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012, que “Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Citec, e nº 1.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e 12.462, de 4 de agosto de 2011, e dá outras providências”.
522/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação da pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.739, de 05 de dezembro de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 676.000.000,00, para os fins que especifica” cujas disposições foram adotadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República como Medida Provisória nº 583, de 10 de outubro de 2012.
521/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 48, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, participando a aprovação da Medida Provisória nº 583, de 10 de outubro de 2012, transformada na Lei nº 12.739, de 05 de dezembro de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 676.000.000,00, para os fins que especifica”.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
520/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 29 de novembro de 2012, e publicou no dia 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 591, de 2012, que "Altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária". Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, conforme relação anexa, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 4 de dezembro de 2012.
519/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 29 de novembro de 2012, e publicou no dia 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 590, de 2012, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza, e dá outras providências". Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, conforme relação anexa, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 4 de dezembro de 2012.
518/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que está cancelada a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 01/12/2012, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.
517/2012-CN	Sen. Waldemir Moka – 2º Vice- Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunica à Câmara dos Deputados, que a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 04/12/2012, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, foi transferida para o dia 5 de dezembro, às 12 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.
516/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 04/12/2012, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, foi transferida para o dia 5 de dezembro, às 12 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.
515/2012-CN	Sen. Waldemir Moka – 2º Vice- Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunica que a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 04/12/2012, às doze horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, foi transferida para 19 horas e 30 minutos.
514/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 04/12/2012, às 12 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, foi transferida para 19 horas e 30 minutos.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 22/12/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	3
Extraordinárias (REX)	1
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	4

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidade Graves (COI)	1	2
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	2	2
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	3	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	6	4

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	1	1				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original						
• Substitutivo						
- LDO/Alteração	1					
- LOA/Alteração		1				
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	1	2				
• Texto Original	1	1				
• Projeto de Lei de Conversão		1				
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	1	13				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU		13				
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	1					
Mensagens CN (MCN)						
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias						
Ofícios CN (OFN)	1					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	1					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)						
Emendas	5	2				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	9	18				

Resenha Consolidada

01/03 a 22/12/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	20
Extraordinárias (REX)	10
Audiências Públicas (RAP)	7
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	2
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	40

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidade Graves (CÓI)	3	2
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	3	2
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	16	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	22	4

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	55	12		42		
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original	53	10		42		
• Substitutivo						
- LDO/Alteração	1	1				
- LOA/Alteração	1	1				
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	10	7				3
• Texto Original	1	1				
• Projeto de Lei de Conversão		1				
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	69	13				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	13	13				
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	3					
- Outras Matérias	47					
Mensagens CN (MCN e MSG)	59					
- Prestação de Contas	8					
- Relatório de Avaliação do PPA	4					
- Outras Matérias	47					
Ofícios CN (OFN)	136					
- Prestação de Contas	30					
- Outras Matérias	106					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	2					
Proposições SF	4					
Requerimentos CMO (RCMO)	6	4				
Emendas	12989	4358		158		
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	3	3				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	13333	4397		200		3

Resultados das Reuniões

01 a 22/12/2012

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 4, 5 e 6/12/2012

NESTA REUNIÃO, DEVIDO À FALTA DE ACORDO ENTRE AS LIDERANÇAS, NÃO HOUE DELIBERAÇÃO DE NENHUM DOS ITENS DA PAUTA.

A - Apreciação da Ata das seguintes Reuniões:

- 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/11/2012.
- 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 22/11/2012.
- 17ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 27 e 28/11/2012.
- 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 27/11/2012.
- 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 28/11/2012.

2. AVISOS

3. EXPEDIENTE

4. ORDEM DO DIA

PAUTA Nº 28/2012

B – Apresentação, discussão e votação dos relatórios às seguintes matérias:

I) Medida Provisória:

01) Medida Provisória nº 588/2012-CN, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta e três milhões, setecentos e de zesseis mil e quatrocentos reais), para o fim que especifica”.

Relator: Deputado Zeca Dirceu

Foram apresentadas 2 emendas

Voto: Favorável, nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 1 e pela rejeição da emenda nº 2.

II) Projeto de Lei:

02) Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas-CAE, sobre Diretrizes e Orientações para a análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013, apresentado ao Projeto de Lei nº 24 /2012-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”, em razão do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN.

Coordenador do CAE: Deputado Marcus Pestana

III) Subtítulo com indícios de irregularidades graves:

03) Aviso nº 22/2012-CN, que “Encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves”.

Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).

Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes

Voto: nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012).

IV) Contas do Governo:

04) Aviso nº 16/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010”.

Mensagem nº 24/2011-CN, que “Encaminha, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010”.

Ofício nº 24/2011-CN, que “Encaminha o Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal - exercício 2010”.

Mensagem nº 25/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010”.

Ofício nº 15/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2010”.

Ofício nº 16/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União, referentes ao exercício de 2010”.

Ofício nº 18/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do art. 101 da Lei nº 12.309/2010, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao exercício de 2010”.

Ofício nº 19/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2010”.

Ofício nº 20/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referentes ao exercício financeiro de 2010”.

Ofício nº 22/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2010”.

Ofício nº 23/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao exercício de 2010”.

Ofício nº 21/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2010”.

Ofício nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2010”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Não foram apresentadas emendas

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

V) Relatórios de Gestão Fiscal:

05) Aviso nº 30/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)”.

Mensagem nº 64/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 22/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 24/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Mensagem nº 65/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2010 do Supremo Tribunal Federal”.

Ofício nº 25/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 26/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 27/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2010”.

Ofício nº 28/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Ofício nº 29/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Ofício nº 31/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Ofício nº 23/2010, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento de determinação expressa no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

06) Aviso nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”.

Mensagem nº 163/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 38/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 37/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Mensagem nº 164/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000”.

Ofício nº 40/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 43/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 45/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2010”.

Ofício nº 42/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Ofício nº 41/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Ofício nº 44/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei 12.017 de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 39/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

07) Aviso nº 10/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)”.

Mensagem nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Ofício nº 3/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 4/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Mensagem nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 6/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 7/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Ofício nº 8/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Ofício nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Ofício nº 5/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

08) Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9”.

Mensagem nº 37/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011, conforme disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010”.

Ofício nº 33/2011-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 26/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2011”.

Mensagem nº 38/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 28/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 31/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 1º quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 32/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011”.

Ofício nº 30/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2010 a abril de 2011, da Justiça Militar da União”.

Ofício nº 29/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.

Ofício nº 34/2011-CN, que “Encaminha, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309/2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 27/2011-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

09) Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”.

Mensagem nº 99/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2011”.

Ofício nº 41/2011-CN, que “Aprova, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea “a” e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 40/2011-CN, que “Encaminha, nos termos no caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.

Mensagem nº 100/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 43/2011-CN, que “Encaminha, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2011 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 45/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 47/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2011”.

Ofício nº 46/2011-CN, que “Encaminha, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011, nos termos do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 04 de maio de 2000”.

Ofício nº 42/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.

Ofício nº 48/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 9 de agosto de 2010”.

Ofício nº 44/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.

Ofício nº 49/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/02, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao 2º quadrimestre de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

10) Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”.

Mensagem nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010”.

Ofício nº 4/2012-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 5/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de janeiro a dezembro de 2011”.

Mensagem nº 11/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 8/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional do Ministério Público, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011”.

Ofício nº 9/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 11/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012”.

Ofício nº 15/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme exigência do art. 54 da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao 3º quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 7/2012-CN, que “Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”.

Ofício nº 12/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Ofício nº 6/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011”.

Ofício nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

11) Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

12) Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

VI) Avaliações do Cumprimento das Metas Fiscais:

13) Mensagem nº 46/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.

Mensagem nº 134/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Mensagem nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, para o terceiro quadrimestre de 2010”.

Relator: Deputado Joaquim Beltrão

Voto: pelo arquivamento das matérias.

14) Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15) Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria

16) Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

17) Mensagem nº 56/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira

Voto: pelo arquivamento da matéria.

18) Mensagem nº 102/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira

Voto: pelo arquivamento da matéria.

VII) Relatórios Gerencial do BNDES:

19) Ofício nº 25/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

20) Ofício nº 36/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

21) Ofício nº 50/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

22) Ofício nº 17/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

VIII) Demonstrações Contábeis dos Fundos Constitucionais de Financiamento:

23) Ofício nº 02/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento da matéria.

24) Ofício nº 14/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento da matéria.

25) Ofício nº 37/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento da matéria.

26) Ofício nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”.

Relator: Deputado João Paulo Lima

Voto: pelo arquivamento da matéria.

27) Ofício nº 42/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.

Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima

Voto: pelo arquivamento da matéria.

28) Ofício nº 43/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/ SFRJ/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.

Relator: Deputado João Paulo Lima

Voto: pelo arquivamento da matéria.

IX) Atividades do Tribunal de Contas da União:

29) Aviso nº 03/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Hugo Motta

Voto: pelo arquivamento da matéria.

30) Aviso nº 9/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão

Voto: pelo arquivamento da matéria.

31) Aviso nº 26/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão

Voto: pelo arquivamento da matéria.

X) Operações Contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro:

32) Ofício nº 31/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela

Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”.

Ofício nº 32/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento das matérias.

33) Ofício nº 33/2010-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008”.

Ofício nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento das matérias.

XI) Relatórios de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil:

34) Aviso nº 33/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”.

Aviso nº 46/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. (RE LATIVO AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009) (retificação feita no DSF de 20.10.2009).

Aviso nº 01/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2009”.

Aviso nº 09/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao quarto trimestre de 2009”.

Relator: Senador Paulo Paim

Voto: pelo arquivamento das matérias.

35) Aviso nº 17/2010-CN, que “Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010”.

Aviso nº 35/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2010”.

Aviso nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2010”.

Aviso nº 07/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887/2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao quarto trimestre de 2010”.

Relator: Senador Paulo Paim

Voto: pelo arquivamento das matérias.

36) Aviso nº 18/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”.

Aviso nº 22/2011-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2011”.

Aviso nº 25/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011”.

Aviso nº 03/2012-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB referente ao 4º trimestre de 2011”.

Relator: Senador Paulo Paim

Voto: pelo arquivamento das matérias.

37) Aviso nº 18/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009”.

Aviso nº 27/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2012”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento das matérias.

XII) Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO):

38) Ofício nº 16/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

XIII) Relatórios em atendimento à Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006):

39) Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Deputada Cida Borghetti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

40) Ofício nº 32/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin

Voto: pelo arquivamento da matéria.

XIV) Projeto de Decreto Legislativo:

41) Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves”) da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.

Relator: Deputado Renato Molling

Voto: pelo arquivamento da matéria.

XV) Mensagem do Senado Federal:

42) Mensagem nº 190-A/2009-SF, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.

Relator: Senador Sérgio Petecão
Voto: pelo arquivamento da matéria.

C – Requerimento:

43) Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.

Autor: Senador Paulo Paim

Reunião realizada em 11 e 12 de dezembro de 2012 (Ordinária)

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 11 e 12/12/2012

A – Apreciação da Ata das seguintes Reuniões: 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/11/2012; 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 22/11/2012; 17ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 27 e 28/11/2012; 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 27/11/2012; 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 28/11/2012; 18ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 4 e 5/12/2012.
APROVADAS

PAUTA Nº 29/2012

B – Apresentação, discussão e votação dos relatórios às seguintes matérias:

I) Medida Provisória:

01) Medida Provisória nº 588/2012-CN, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta e três milhões, setecentos e dezesseis mil e quatrocentos reais), para o fim que especifica”.

Relator: Deputado Zeca Dirceu

Foram apresentadas 2 emendas

Voto: Favorável, nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 1 e pela rejeição da emenda nº 2.

APROVADO O RELATÓRIO. APROVAÇÃO PARCIAL DO DESTAQUE Nº 1, DE AUTORIA DO DEPUTADO MARCUS PESTANA, À EMENDA Nº 2. A EMENDA DE Nº1 FOI INADMITIDA.

II) Projeto de Lei:

02) Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas-CAE, sobre Diretrizes e Orientações para a análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013, apresentado ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”, em razão do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN.

Coordenador do CAE: Deputado Marcus Pestana

NÃO DELIBERADO.

EXTRAPAUTA - Requerimento para inclusão de item na Pauta: Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, sobre o exame de admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2013.

Autor: Deputado Marcus Pestana.

APROVADO

EXTRAPAUTA - Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, sobre o exame de admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2013.

Relator: Deputado Marcus Pestana.

Voto: pela inadmissibilidade de 7 emendas: 71100002, 71280015, 71070001, 71070009, 50170003, 60020004, 50240005, 50240006 e 60070004. O Deputado Leandro Vilela apresentou contestação à emenda 71100002, a qual foi indeferida pelo Presidente, mantendo-se o indeferimento em grau recursal pelo Plenário.

APROVADO

03) Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 24 de 2012-CN (PLOA 2013)**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”.

1) ÁREA TEMÁTICA I – Infraestrutura

Relator Setorial: Senador CLÉCIO ANDRADE (PMDB/MG)

APROVADO O RELATÓRIO E AS DUAS ERRATAS. As obras com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU na área Temática I, com votação em separado, foram aprovadas conforme termos apresentados no Relatório. Os 18 destaques apresentados foram rejeitados.

2) ÁREA TEMÁTICA II - Saúde

Relator Setorial: Senador FLEXA RIBEIRO (PSDB/PA)

APROVADO. As obras com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU, com votação em separado, foram aprovadas conforme os termos apresentados no Relatório. Os 9 destaques apresentados foram rejeitados.

3) ÁREA TEMÁTICA III - Integração Nacional e Meio Ambiente

Relator Setorial: Senador WELLINGYON DIAS (PT/PI)

APROVADO. A Senadora Ana Rita foi designada Relatora *ad hoc*. O 4 destaques apresentados foram rejeitados. A obra com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU, com votação em separado, foi aprovada conforme os termos apresentados no item I.3.5 do Relatório.

4) ÁREA TEMÁTICA IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

Relator Setorial: Deputado WALDENOR PEREIRA (PT/BA)

APROVADO. Os 8 destaques apresentados foram rejeitados.

5) ÁREA TEMÁTICA V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Relator Setorial: Deputado ELISEU PADILHA (PMDB/RS)

APROVADO. As obras com indícios de irregularidades graves foram votadas separadamente e aprovadas conforme os termos apresentados no Relatório. Todos os destaques foram rejeitados.

6) ÁREA TEMÁTICA VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

Relatora Setorial: Deputada CIDA BORGHETTI (PP/PR)

APROVADOS O RELATÓRIO E O ADENDO. Os cinco destaques apresentados foram rejeitados.

7) ÁREA TEMÁTICA VII - Justiça e Defesa

Relator Setorial: Deputado AUGUSTO COUTINHO (DEM/PE)

APROVADOS O RELATÓRIO E A ERRATA. Houve a apresentação de 9 destaques, os quais foram rejeitados.

8) ÁREA TEMÁTICA VIII - Poderes do Estado e Representação

Relator Setorial: Deputado LUCIANO CASTRO (PR/RR)

APROVADO. Foram apresentados 10 destaques. O destaque nº 5, referente à emenda nº 50310 001 da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, foi aprovado. Os demais destaques foram rejeitados.

9) ÁREA TEMÁTICA IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário

Relator Setorial: Deputado WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB/PA)

APROVADO. Os 20 destaques apresentados foram rejeitados.

10) ÁREA TEMÁTICA X - Trabalho, Previdência e Assistência Social

Relator Setorial: Senador ARMANDO MONTEIRO (PTB/PE)

APROVADOS O RELATÓRIO E A ERRATA. Não foram apresentados destaques.

III) Subtítulo com indícios de irregularidades graves:

04) Aviso nº 22/2012-CN, que "Encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves".

Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).

Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes

Voto: nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vista a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012).

NÃO DELIBERADO

IV) Contas do Governo:

05) Aviso nº 16/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010".

Mensagem nº 24/2011-CN, que "Encaminha, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010".

Ofício nº 24/2011-CN, que "Encaminha o Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal - exercício 2010".

Mensagem nº 2/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010".

Ofício nº 15/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2010".

Ofício nº 16/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União, referentes ao exercício de 2010".

Ofício nº 18/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do art. 101 da Lei nº 12.309/2010, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao exercício de 2010".

Ofício nº 19/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2010".

Ofício nº 20/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referentes ao exercício financeiro de 2010".

Ofício nº 22/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2010".

Ofício nº 23/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, referente ao exercício de 2010".

Ofício nº 21/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2010".

Ofício nº 17/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2010".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Não foram apresentadas emendas

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

NÃO DELIBERADO

V) Relatórios de Gestão Fiscal:

06) Aviso nº 30/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)".

Mensagem nº 64/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010".

Ofício nº 22/2010-CN, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro Quadrimestre de 2010".

Ofício nº 24/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010".

Mensagem nº 65/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2010 do Supremo Tribunal Federal”.

Ofício nº 25/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 26/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 27/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2010”.

Ofício nº 28/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Ofício nº 29/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Ofício nº 31/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Ofício nº 23/2010, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento de determinação expressa no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

07) Aviso nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”.

Mensagem nº 163/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 38/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 37/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Mensagem nº 164/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2010, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000”.

Ofício nº 40/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 43/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 45/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2010”.

Ofício nº 42/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LCF nº 101/2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Ofício nº 41/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Ofício nº 44/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei 12.017 de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 39/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

08) Aviso nº 10/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)”.

Mensagem nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Ofício nº 3/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 4/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Mensagem nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 6/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 7/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Ofício nº 8/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Ofício nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Ofício nº 5/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

09) Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9”.

Mensagem nº 37/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011, conforme disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010”.

Ofício nº 33/2011-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 26/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2011”.

Mensagem nº 38/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 28/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 31/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 1º quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 32/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011”.

Ofício nº 30/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2010 a abril de 2011, da Justiça Militar da União”.

Ofício nº 29/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.

Ofício nº 34/2011-CN, que “Encaminha, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309/2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 27/2011-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

10) Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”.

Mensagem nº 99/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2011”.

Ofício nº 41/2011-CN, que “Aprova, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea “a” e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 40/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.

Mensagem nº 100/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 43/2011-CN, que “Encaminha, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2011 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 45/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 47/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2011”.

Ofício nº 46/2011-CN, que “Encaminha, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011, nos termos do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de maio de 2000”.

Ofício nº 42/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.

Ofício nº 48/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 9 de agosto de 2010”.

Ofício nº 44/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.

Ofício nº 49/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/02, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao 2º quadrimestre de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

11) Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”.

Mensagem nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010”.

Ofício nº 4/2012-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 5/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de janeiro a dezembro de 2011”.

Mensagem nº 11/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 8/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional do Ministério Público, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011”.

Ofício nº 9/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 11/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012”.

Ofício nº 15/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme exigência do art. 54 da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao 3º quadrimestre de 2011”.

Ofício nº 7/2012-CN, que “Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”.

Ofício nº 12/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Ofício nº 6/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011”.

Ofício nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

12) Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

13) Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

VI) Avaliações do Cumprimento das Metas Fiscais:

14) Mensagem nº 46/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.

Mensagem nº 134/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Mensagem nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, para o terceiro quadrimestre de 2010”.

Relator: Deputado Joaquim Beltrão

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

15) Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

16) Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria

NÃO DELIBERADO

17) Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

18) Mensagem nº 56/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

19) Mensagem nº 102/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

VII) Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil:

20) Aviso nº 25/2012-CN, que “Encaminha, conforme determina o parágrafo único do art. 111 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2012”.

Relator: Deputado Waldenor Pereira

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

VIII) Relatório Gerencial do BNDES:

21) Ofício nº 25/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

22) Ofício nº 36/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

23) Ofício nº 50/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

24) Ofício nº 17/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

IX) Demonstrações Contábeis dos Fundos Constitucionais de Financiamento:

25) Ofício nº 02/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

26) Ofício nº 14/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

27) Ofício nº 37/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

28) Ofício nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE”.

Relator: Deputado João Paulo Lima

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

29) Ofício nº 42/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.

Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

30) Ofício nº 43/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.

Relator: Deputado João Paulo Lima

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

X) Atividades do Tribunal de Contas da União:

31) Aviso nº 03/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Hugo Motta

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

32) Aviso nº 9/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

33) Aviso nº 26/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

XI) Operações Contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro:

34) Ofício nº 31/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”.

Ofício nº 32/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

35) Ofício nº 33/2010-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008”.

Ofício nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

XII) Relatórios de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil:

36) Aviso nº 33/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”.

Aviso nº 46/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. (RELATIVO AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009) (retificação feita no DSF de 20.10.2009).

Aviso nº 01/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2009”.

Aviso nº 09/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao quarto trimestre de 2009”.

Relator: Senador Paulo Paim

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

37) Aviso nº 17/2010-CN, que “Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010”.

Aviso nº 35/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2010”.

Aviso nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2010”.

Aviso nº 07/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887/2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao quarto trimestre de 2010”.

Relator: Senador Paulo Paim

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

38) Aviso nº 18/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”.

Aviso nº 22/2011-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2011”.

Aviso nº 25/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011”.

Aviso nº 03/2012-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB referente ao 4º trimestre de 2011”.

Relator: Senador Paulo Paim

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

39) Aviso nº 18/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009”.

Aviso nº 27/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2012”.

Relator: Deputado Edio Lopes

Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

XIII) Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO):

40) Ofício nº 16/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

XIV) Relatórios em atendimento à Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006):

41) Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Deputada Cida Borghetti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

42) Ofício nº 32/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

XV) Projeto de Decreto Legislativo:

43) Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“ Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves”) da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.

Relator: Deputado Renato Molling

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

XVI) Mensagem do Senado Federal:

44) Mensagem nº 190-A/2009-SF, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.

Relator: Senador Sérgio Petecão

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

C – Requerimento:

45) Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.

Autor: Senador Paulo Paim

NÃO DELIBERADO

Reunião realizada em 18 de dezembro de 2012 (Ordinária)

20ª Reunião Ordinária
convocada para 18/12/2012, às 14h30min
(Iniciada às 15h15min e suspensa às 15h16min)
Pauta nº 30/2012

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

O Presidente informou que não havia *quorum* regimental para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional, e anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o **mesmo dia, 18 de dezembro, terça-feira**, após a Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Brasília, 18 de dezembro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Continuação da 20ª Reunião Ordinária
convocada para 18/12/2012, após a Ordem do Dia nos Plenários
da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
(Reiniciada às 22h25min e encerrada às 00h13min)

Pauta nº 30/2012

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que informou haver *quorum* regimental para deliberação nas Representações das duas Casas do Congresso Nacional.

- Apreciação da Ata da seguinte Reunião:

19ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12/12/2012.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício nº 385/2012gab/ZD, de 12 de dezembro, do Deputado Zeca Dirceu, solicitando que seja submetido ao Relator Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá, a possibilidade de manutenção dos valores originais solicitados nas Emendas de Bancada do Paraná.
- 2) Ofício s/nº/2012, de 12 de dezembro, do Deputado Leandro Vilela e do Senador Wilder de Moraes, informando ao Senador Romero Jucá, Relator Geral do PLOA 2013, que a emenda 7110.0002, da Bancada do Goiás foi inadmitida pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Apesar de haverem recorrido ao Presidente e ao Plenário da CMO por meio de Contestação e Recurso, respectivamente, ambos foram rejeitados. E portanto, solicitam a recomposição do valor suprimido da presente emenda.
- 3) OF. GAB. 202/12, de 14 de dezembro, do Deputado Givaldo Carimbão (PSB/AL), Coordenador da Bancada Estadual de Alagoas, solicitando ao Senador Romero Jucá, Relator Geral do PLOA 2013, o remanejamento do valor constante do acréscimo de Atendimento Setorial na Emenda nº 7103.0007, para a Emenda nº 7103.0010, no Estado do Alagoas.
- 4) Ofício nº 051/2012, de 14 de dezembro, da Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), Coordenadora da Bancada Federal do Estado do Espírito Santo, solicitando ao Senador Romero Jucá, Relator Geral do PLOA 2013, ampliar os recursos para o Orçamento; acatar as emendas de remanejamento, de nºs 7109.0001 e 7109.0006, daquela Bancada, que realoca recursos no mesmo Órgão DNIT, de obras do Estado do Espírito Santo. Por último, informando que aquela Bancada, juntamente com o Governador do Espírito Santo e autoridades do Governo Federal, firmaram um acordo em incluir no PAC, para o Orçamento de 2013, as ações a serem executadas pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do DNIT, quais sejam: Acesso ao Terminal de Capuaba – BR 447; Construção do Contorno de Mestre Álvaro – BR 101 no Município de Serra – ES; Construção Trecho Rodoviário – Divisa ES/MG – Ecoporanga-Sooretama – na BR 342 – ES; Trecho Rodoviário Itarana-Afonso Cláudio – BR-484-ES; e Construção da 4ª Ponte – Vitória e Cariacica – BR-262-ES.
- 5) OF nº 190/GAB-LidPT, de 17 de dezembro de 2012, do Chefe de Gabinete da Liderança do PT, Márcio Costa, de ordem do Líder Deputado Jilmar Tatto (PT/SP), solicitando a reserva do plenário 2 da Câmara dos Deputados para realização do seminário: Políticas Econômicas para o Crescimento, a ser realizado em 13 de março de 2013, evento integrante das comemorações dos 33 anos do Partidos dos Trabalhadores.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício nº 355/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério de Minas e Energia, conforme exposto na Nota Técnica nº 32/DEINF/SOF/MP, de 6 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 2) Ofício nº 356/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério de Minas e Energia, conforme exposto na Nota Técnica nº 31/DEINF/SOF/MP, de 6 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 3) Ofício nº 357/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme exposto na Nota Técnica nº 67/DEPES/SOF/MP, de 6 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 4) Ofício nº 358/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa, conforme exposto na Nota Técnica nº 60/DEPES/SOF/MP, de 4 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 5) Ofício nº 359/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério da Educação, conforme exposto na Nota Técnica Conjunta nº 04/DESOC/SEAFI/SOF/MP, de 5 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 6) Ofício nº 360/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério dos Transportes, conforme exposto na Nota Técnica nº 28/DEINF/SOF/MP, de 6 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 7) Ofício nº 361/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério da Saúde, conforme exposto na Nota Técnica nº 35/DESOC/SOF/MP, de 7 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 8) Ofício nº 362/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério das Cidades, conforme exposto na Nota Técnica nº 33/DEINF/SOF/MP, de 7 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 9) Ofício nº 363/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, conforme exposto na Nota Técnica nº 64/DEPES/SOF/MP, de 7 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 10) Ofício nº 364/2012-MP, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério dos Transportes, conforme exposto na Nota Técnica nº 30/DEINF/SOF/MP, de 11 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.

- 12)** Ofício nº 36 7/2012-MP, de 13 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme exposto na Nota Técnica nº 70/DEPES/SOF/MP, de 12 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 13)** Ofício nº 36 8/2012-MP, de 14 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério do Meio Ambiente, conforme exposto na Nota Técnica nº 34/DEINF/SOF/MP, de 13 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 14)** Ofício nº 36 9/2012-MP, de 14 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas da Secretaria de Portos e do Ministério dos Transportes, conforme exposto na Nota Técnica nº 521/2012 /DEST-MP, de 14 de dezembro de 2012, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e na Nota Técnica nº 71/DEPES/SOF/MP, de 13 de dezembro de 2012, da Secretaria de Orçamento Federal.
- 15)** Ofício nº 37 0/2012-MP, de 14 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas do Ministério da Educação, conforme exposto na Nota Técnica nº 39/DESOC/SOF/MP, de 14 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 16)** Ofício nº 37 1/2012-MP, de 14 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito das despesas da Administração Direta da Presidência da República, conforme exposto na Nota Técnica nº 72/DEPES /SOF/MP, de 13 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 17)** Ofício nº 37 2/2012-MP, de 14 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Interina, Eva Maria Cella Dal Chiavon, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, conforme exposto na Nota Técnica nº 520/2012/DEST -MP, de 14 de dezembro de 2012, elaborada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
- 18)** Ofício nº 37 5/2012-MP, de 18 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando proposta de atualização do Anexo V do Projeto de Lei nº 24/2012-CN, conforme disposto no § 2º do art. 76 da Lei nº 12.708/2012, acompanhada de cópia de Nota Técnica nº 591/CGDPS/SEAFI/SOF/MP, de 18 de dezembro de 2012, que versa sobre o assunto.
- 19)** Ofício nº 37 6/2012-MP, de 18 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, no âmbito da projeção de receitas da União e nas despesas de Encargos Financeiros da União, conforme exposto na Nota Técnica nº 590/SEAFI/SOF/MP, de 18 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 20)** Ofício nº 37 7/2012-MP, de 18 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 24/2012-CN, em virtude da ocorrência de erro de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, relativa à necessidade de inclusão de recursos adicionais na Reserva de Contingência/Recursos para o Atendimento do Art. 169, § 1º, inciso II da Constituição, conforme exposto na Nota Técnica nº 592/CGDPS/SEAFI/SOF/MP, de 18 de dezembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.
- 21)** Ofício nº 37 8/2012-MP, de 18 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e m aditamento ao Ofício 375/2012, encaminhando proposta de atualização do Anexo V do Projeto de Lei nº 24/2012-CN, conforme disposto no § 2º do art. 76 da Lei nº 12.708/2012, acompanhada de cópia de Nota Técnica nº 593/CGDPS/SEAFI/SOF/MP, de 18 de dezembro de 2012, que versa sobre o assunto.

- Aviso encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Valmir Campelo, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses de 04 de dezembro:

1) Aviso nº 154/2012 (Acórdão nº 7.469/2012): Fiscalizar os registros contábeis decorrentes dos aumentos de capital da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, ocorridos nos anos de 2004 e 2005, bem como os impactos fiscais dessas operações e a classificação da entidade como empresa estatal dependente.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 05 de dezembro:

- 1)** Aviso nº 1.638/2012 (Acórdão nº 3.376/2012): Acompanhamento das publicações e do envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal concernentes ao 1º quadrimestre de 2012 pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal.
- 2)** Aviso nº 1.643/2012 (Acórdão nº 3.403/2012): Acompanhamento das publicações e do envio ao TC U dos R elatórios de Gestão Fiscal concernentes ao 2º quadrimestre de 2012 pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal.
- 3)** Aviso nº 1.645/2012 (Acórdão nº 3.382/2012): Obras do Projeto de Irrigação Baixo Acaraú – 2ª Etapa, no Estado do Ceará.
- 4)** Aviso nº 1.650/2012 (Acórdão nº 3.395/2012): Obras do Lote 5S da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul (FNS), localizados entre a Ponte do Rio Arantes/MG e a cidade Estrela d'Oeste/SP.
- 5)** Aviso nº 1.654/2012 (Acórdão nº 3.397/2012): Obras e serviços de engenharia dos Lotes 1S a 4S da Extensão Sul da Ferro via Norte-Sul (FNS), localizados entre a cidade de Ouro Verde/GO e a ponte sobre o Rio Arantes/MG.
- 6)** Aviso nº 1.676/2012 (Acórdão nº 3.344/2012): Obras de construção da tubovia do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).
- 7)** Aviso nº 1.678/2012 (Acórdão nº 3.389/2012): Falta de inclusão da totalidade das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel nas Leis Orçamentárias Anuais.

Avisos Seses de 10 de dezembro:

1) Aviso nº 1.712/2012 (Acórdão nº 3.476/2012): Implantação da Ferrovia de Interligação Oeste-Leste – Fiol (EF-334) e a instalação do Complexo Porto Sul, que contempla o Terminal Portuário Privativo da empresa Bahia Mineração Ltda (Bamin) – TUP e o Terminal Público do Governo da Bahia, no Município de Ilhéus/BA.

O Presidente propôs acordo de procedimentos com base no art. 122, parágrafo único da Resolução nº 1/2006-CN e art. 34, parágrafo único do Regimento Comum:

Propôs a votação dos Relatórios na seguinte ordem:

- 1 - **Aviso nº 22/2012-CN**: atualização das informações relativas às obras com indícios de irregularidades graves.
- 2 - **Relatório do COI nº 1**: informações encaminhadas pelo TCU pendentes de deliberação da CMO em 30/11/2012 referentes aos seguintes Avisos: 2, 7, 14 a 17, 19 a 21, 23 e 24/2012 e 11/2011.
- 3 - **Relatório do COI nº 2**: atualização do Anexo VI – Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes do PLOA 2013.
- 4 - **Relatório Final do PLOA 2013, Errata e Adendo**.
- 5 - **Propostas de Alteração nºs 1, 2, e 3/2012** do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN (PLOA 2013).

PAUTA 30

3 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 22/2012-CN**, que “Encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves”.

Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades graves (COI).

Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes.

Voto: nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012).

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

4 - Relatório do COI nº 1/COI/CMO de 2012, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, sobre “informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União pendentes de deliberação da CMO em 30/11/2012, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 1/2006-CN, aos seguintes Avisos do Congresso Nacional”: **AVN 2/2012; AVN 7/2012; AVN 14/2012; AVN 15/2012; AVN 16/2012; AVN 17/2012; AVN 19/2012; AVN 20/2012; AVN 21/2012; AVN 23/2012; AVN 24/2012 e AVN 11/2011**.

Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes.

Voto: pelo Arquivamento dos avisos ora sob análise, após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme consignado no Anexo 1, e a importância socioeconômica dos empreendimentos.

Resultado: **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE). Em votação na representação do Senado Federal, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

1 - RELATÓRIO Nº 2/COI/CMO de 2012, DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI.

Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **RELATÓRIO Nº 2**, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, que “propõe Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com indícios de irregularidades Graves constantes do **Projeto de Lei nº 24/2012-CN**”, (PLOA 2013).

Relator: Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.

Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes.

Voto: nos termos mencionados nos itens 43 e 44 deste Relatório, pela atualização e aprovação do Anexo VI do PLOA 2013, constante do Anexo 2 deste Relatório, que contempla o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1) A v. Marginal Leste – Contorno Enchentes Rio Poty – Teresina (PI), 2) Conclusão das Obras do Complexo Viário Baquirivu – Guarulhos/SP e 3) Construção da Barragem do Rio Arraias em Arraias/TO.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

2 - Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.” (Projeto de Lei Orçamentária para 2013).

Relator-Geral: Senador Romero Jucá.

Foram apresentadas 8.393 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas com voto pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Questão de Ordem

No início da apresentação do Relatório Final, da Errata e do Adendo, ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN, o Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) levantou Questão de Ordem solicitando o adiamento da apreciação da matéria, por 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, conforme estabelece o art. 128, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. O Presidente decidiu dar continuidade à apresentação do relatório, que seria apenas a leitura, informando que a apreciação da matéria envolve a discussão e a votação, conforme disposto no art. 36 do Regimento Comum.

Resultado: O Relatório Final, a Errata e o Adendo foram apresentados e aberto o prazo para apresentação de destaques.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta da **Proposta de Alteração nº 2/2012** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autor: Senador Romero Jucá.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– **Proposta de Alteração nº 2/2012** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012.

1. SEÇÃO V – DAS EMENDAS DE RELATOR

Inclua-se novo item, com a seguinte redação:

“17.1.XX. a alocação de recursos à funcional-programática 28.846.0909.0413.0001 – Manutenção e Operação dos Partidos Políticos – Nacional, até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Reais).”

Autor: Senador Romero Jucá.

Resultado: **aprovada** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE). Em votação na representação do Senado Federal, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta da **Proposta de Alteração nº 1/2012** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autor: Senador Romero Jucá.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– **Proposta de Alteração nº 1/2012** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012.

1. SEÇÃO V – DAS EMENDAS DE RELATOR

Inclua-se novo item, com a seguinte redação:

“17.1.XX. a alocação de recursos à funcional-programática 26.782.2075.7U43.0017 – ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-153 – TRECHO DIV GO/TO – WANDERLÂNDIA – NO ESTADO DE TOCANTINS, até o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Reais).”

Autor: Senador Romero Jucá.

Resultado: **aprovada** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta da **Proposta de Alteração nº 3/2012** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autor: Senador Romero Jucá.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– **Proposta de Alteração nº 3/2012** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012.

1. SEÇÃO V – DAS EMENDAS DE RELATOR

Inclua-se novo item, com a seguinte redação:

“17.1.14. a alocação de recursos à funcional-programática ADEQUAÇÃO DE RAMAL FERROVIÁRIO NO PERÍMETRO URBANO PARA ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BOTUCATU E BAURU – No Estado de São Paulo, até o valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de Reais).”

Autor: Senador Romero Jucá.

Resultado: **aprovada** por unanimidade.

Solicitação do deputado Leonardo Gadelha para alterar a emenda nº 2952.0017 ao PLOA 2013, de sua autoria, no sentido de que a emenda tivesse o subtítulo corrigido, alterando-se o município para “Souza – no Estado da Paraíba”.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 30/2012, **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 16/2011-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010”. **Mensagem nº 24/2011-CN; Ofício nº 24/2011-CN; Mensagem nº 25/2011-CN; Ofício nº 15/2011-CN; Ofício nº 16/2011-CN; Ofício nº 18/2011-CN; Ofício nº 19/2011-CN; Ofício nº 20/2011-CN; Ofício nº 22/2011-CN; Ofício nº 23/2011-CN; Ofício nº 21/2011-CN e Ofício nº 17/2011-CN.**

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

6 - Relatório apresentado à Mensagem nº 115/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008/2011, ano base 2008”; **Mensagem nº 125/2010-CN; Mensagem nº 90/2011-CN; Mensagem nº 95/2012-CN.**

Relator: Deputado Wandenkolk Gonçalves.

Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria bem como das apreciações e recomendações constantes dos “Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual”, relativo aos exercícios de 2008 a 2011, e determine o seu arquivamento.

7 - Relatório apresentado ao Aviso nº 30/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)”. **Mensagem nº 64/2010-CN, Ofício nº 22/2010-CN, Ofício nº 24/2010-CN; Mensagem nº 65/2010-CN; Ofício nº 25/2010-CN; Ofício nº 26/2010-CN; Ofício nº 27/2010-CN; Ofício nº 28/2010-CN; Ofício nº 29/2010-CN; Ofício nº 31/2010-CN; Ofício nº 23/2010.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

8 - Relatório apresentado ao Aviso nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”. **Mensagem nº 163/2010-CN, Ofício nº 38/2010-CN; Ofício nº 37/2010-CN, Mensagem nº 164/2010-CN; Ofício nº 40/2010-CN; Ofício nº 43/2010-CN; Ofício nº 45/2010-CN; Ofício nº 42/2010-CN; Ofício nº 41/2010-CN; Ofício nº 44/2010-CN; Ofício nº 39/2010-CN,**

Relatora: Senadora Ângela Portela.
Voto: pelo arquivamento das matérias.

9 - Relatório apresentado ao Aviso nº 10/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1.142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)”. **Mensagem nº 9/2011-CN, Ofício nº 3/2011-CN; Ofício nº 4/2011-CN; Mensagem nº 10/2011-CN; Ofício nº 6/2011-CN; Ofício nº 9/2011-CN; Ofício nº 10/2011-CN; Ofício nº 7/2011-CN; Ofício nº 8/2011-CN; Ofício nº 13/2011-CN; Ofício nº 5/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

10 - Relatório apresentado ao Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 015.497/2011-9)”. **Mensagem nº 37/2011-CN; Ofício nº 33/2011-CN; Mensagem nº 38/2011-CN; Ofício nº 26/2011-CN; Ofício nº 28/2011-CN; Ofício nº 31/2011-CN; Ofício nº 32/2011-CN; Ofício nº 30/2011-CN; Ofício nº 29/2011-CN; Ofício nº 34/2011-CN; Ofício nº 27/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

11 - Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”. **Mensagem nº 99/2011-CN; Ofício nº 41/2011-CN; Ofício nº 40/2011-CN; Mensagem nº 100/2011-CN; Ofício nº 43/2011-CN; Ofício nº 45/2011-CN; Ofício nº 47/2011-CN; Ofício nº 46/2011-CN; Ofício nº 42/2011-CN; Ofício nº 48/2011-CN; Ofício nº 44/2011-CN; Ofício nº 49/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

12 - Relatório apresentado ao Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”. **Mensagem nº 10/2012-CN; Ofício nº 4/2012-CN; Ofício nº 5/2012-CN; Mensagem nº 11/2012-CN; Ofício nº 8/2012-CN; Ofício nº 9/2012-CN; Ofício nº 11/2012-CN; Ofício nº 15/2012-CN; Ofício nº 7/2012-CN; Ofício nº 12/2012-CN; Ofício nº 6/2012-CN; Ofício nº 10/2012-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

13 - Relatório apresentado ao Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 - Relatório apresentado ao Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 - Relatório apresentado à Mensagem nº 46/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”. **Mensagem nº 134/2010-CN; Mensagem nº 13/2011-CN.**

Relator: Deputado Joaquim Beltrão.
Voto: pelo arquivamento das matérias.

16 - Relatório apresentado à Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 - Relatório apresentado à Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

18 - Relatório apresentado à Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

19 - Relatório apresentado à Mensagem nº 56/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

20 - Relatório apresentado à Mensagem nº 102/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 - Relatório apresentado ao Aviso nº 25/2012-CN, que “Encaminha, conforme determina o parágrafo único do art. 111 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2012”.

Relator: Deputado Waldenor Pereira.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

22 - Relatório apresentado ao Ofício nº 25/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

23 - Relatório apresentado ao Ofício nº 36/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

24 - Relatório apresentado ao Ofício nº 50/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

25 - Relatório apresentado ao Ofício nº 17/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

26 - Relatório apresentado ao Ofício nº 02/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

27 - Relatório apresentado ao Ofício nº 14/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

28 - Relatório apresentado ao Ofício nº 37/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.

Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

29 - Relatório apresentado ao Ofício nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”.

Relator: Deputado João Paulo Lima.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

30 - Relatório apresentado ao Ofício nº 42/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.

Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

31 - Relatório apresentado ao Ofício nº 43/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/ SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.

Relator: Deputado João Paulo Lima.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

32 - Relatório apresentado ao Aviso nº 03/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Hugo Motta.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

33 - Relatório apresentado ao Aviso nº 9/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

34 - Relatório apresentado ao Aviso nº 26/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão

Voto: pelo arquivamento da matéria.

35 - Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”. **Ofício nº 32/2010-CN**.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

36 - Relatório apresentado ao Ofício nº 33/2010-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008”. **Ofício nº 01/2011-CN**.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento das matérias.

37 - Relatório apresentado ao Aviso nº 33/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. **Aviso nº 46/2009-CN; ; Aviso nº 01/2010-CN; Aviso nº 09/2010-CN**.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

38 - Relatório apresentado ao Aviso nº 17/2010-CN, que “Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010”. **Aviso nº 35/2010-CN; Aviso nº 01/2011-CN; Aviso nº 07/2011-CN**.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

39 - Relatório apresentado ao Aviso nº 18/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”. **Aviso nº 22/2011-CN; Aviso nº 25/2011-CN; Aviso nº 03/2012-CN**.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

40 - Relatório apresentado ao Aviso nº 18/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009”. **Aviso nº 27/2012-CN**.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

41 - Relatório apresentado ao Ofício nº 16/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

42 - Relatório apresentado ao Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Deputada Cida Borghetti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

43 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 32/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

44 - Relatório apresentado ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN**, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves”) da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.

Relator: Deputado Renato Molling.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

45 - Relatório apresentado á **Mensagem nº 190-A/2009-SF**, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

46 - Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.

Autor: Senador Paulo Paim.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, o Presidente encerrou os trabalhos.

Antes, comunicou a realização de reunião extraordinária, no dia **19 de dezembro, quarta-feira, às 10 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 18 de dezembro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 19 de 2012 (Extraordinária)

10ª Reunião Extraordinária
convocada para 19/12/2012, às 10 horas
(Iniciada às 10h41min e suspensa às 10h42min)

Pauta nº 30/2012

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

O Presidente informou que não havia *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, e anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária, para o **mesmo dia, 19 de dezembro, quarta-feira**, após a Ordem do Dia do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Continuação da 10ª Reunião Extraordinária
convocada para 19/12/2012, após a Ordem
do Dia do Congresso Nacional
(Reiniciada às 17h33min e suspensa às 17h38min)

Pauta nº 30/2012

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

O Presidente informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas Representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária, para o **dia 20 de dezembro, quinta-feira**, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 19 de dezembro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 20 de 2012 (Extraordinária)

**Continuação da 10ª Reunião Extraordinária
convocada para 20/12/2012, às 9 horas
(Reiniciada às 9h41min e encerrada às 11h54min)**

Pauta nº 30/2012

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

ORDEM DO DIA

PAUTA nº30/2012

2 - Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.” (Projeto de Lei Orçamentária para 2013).

Relator-Geral: Senador Romero Jucá.

Foram apresentadas 8.393 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas com voto pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Resultado: Na continuação da 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2012, o Relatório Final, a Errata e o Adendo nº 1 foram apresentados e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Hoje, dia 20 de dezembro de 2012, na continuação da 10ª Reunião Extraordinária, o Relator-Geral, Senador Romero Jucá (PMDB/RR), apresentou os Adendos de nºs 2 e 3. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 199 destaques.

- Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator-Geral, que foi **aprovada** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovada** por unanimidade.

- O Relatório Final, a Errata e os Adendos de nºs 1, 2, e 3, foram **aprovados** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA), RESSALVADOS os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Em votação na representação do Senado Federal, foram **aprovados** por unanimidade, RESSALVADOS os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

- Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN*, as obras com indícios de irregularidades graves, foram **aprovadas** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA), RESSALVADOS os destaques. Em votação na representação do Senado Federal, foram **aprovadas** por unanimidade, RESSALVADOS os destaques.

- Apreciação dos 199 destaques:

1) Destaques para votação em separado:

165 a 170, do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA).

2) Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvados os solicitados para votação separadamente:

Resultado aprovada na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Em votação na representação do Senado Federal, **aprovada** por unanimidade.

3) Destaques com voto do Relator-Geral pela REJEIÇÃO, ressalvados os solicitados para votação em separado:

1 a 164, e 171 a 199.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **rejeitados**. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

4) Destaques para votação em separado com voto do Relator-Geral pela REJEIÇÃO: 165 a 170:

- **165**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 5017.0008, da Comissão de Finanças e Tributação.

Voto do Relator-Geral: pela REJEIÇÃO.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário dos Deputados Giovanni Queiroz (PDT/PA) e Roberto de Lucena (PV/SP). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

- **166**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0027, do Deputado Duarte Nogueira.

Voto do Relator-Geral: pela REJEIÇÃO.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

- **167**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0029, do Deputado Duarte Nogueira.

Voto do Relator-Geral: pela REJEIÇÃO.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário dos Deputados Giovanni Queiroz (PDT/PA) e Leonardo Gadelha (PSC/PB). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

- **168**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0030, do Deputado Duarte Nogueira.

Voto do Relator-Geral: pela REJEIÇÃO.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

- **169**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0032, do Deputado Duarte Nogueira.

Voto do Relator-Geral: pela REJEIÇÃO.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

- **170**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0033, do Deputado Duarte Nogueira.

Voto do Relator-Geral: pela REJEIÇÃO.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 30/2012, **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 16/2011-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010”. **Mensagem nº 24/2011-CN; Ofício nº 24/2011-CN; Mensagem nº 25/2011-CN; Ofício nº 15/2011-CN; Ofício nº 16/2011-CN; Ofício nº 18/2011-CN; Ofício nº 19/2011-CN; Ofício nº 20/2011-CN; Ofício nº 22/2011-CN; Ofício nº 23/2011-CN; Ofício nº 21/2011-CN e Ofício nº 17/2011-CN.**

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

6 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 115/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008/2011, ano base 2008”; **Mensagem nº 125/2010-CN; Mensagem nº 90/2011-CN; Mensagem nº 95/2012-CN.**

Relator: Deputado Wandenkolk Gonçalves.

Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria bem como das apreciações e recomendações constantes dos “Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual”, relativo aos exercícios de 2008 a 2011, e determine o seu arquivamento.

7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 30/2010-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 01 5.493/2010-5)”. **Mensagem nº 64/2010-CN, Ofício nº 22/2010-CN, Ofício nº 24/2010-CN; Mensagem nº 65/2010-CN; Ofício nº 25/2010-CN; Ofício nº 26/2010-CN; Ofício nº 27/2010-CN; Ofício nº 28/2010-CN; Ofício nº 29/2010-CN; Ofício nº 31/2010-CN; Ofício nº 23/2010.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

8 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2011-CN**, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”. **Mensagem nº 163/2010-CN, Ofício nº 38/2010-CN; Ofício nº 37/2010-CN, Mensagem nº 164/2010-CN; Ofício nº 40/2010-CN; Ofício nº 43/2010-CN; Ofício nº 45/2010-CN; Ofício nº 42/2010-CN; Ofício nº 41/2010-CN; Ofício nº 44/2010-CN; Ofício nº 39/2010-CN,**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

9 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 10/2011-CN**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)”. **Mensagem nº 9/2011-CN, Ofício nº 3/2011-CN; Ofício nº 4/2011-CN; Mensagem nº 10/2011-CN; Ofício nº 6/2011-CN; Ofício nº 9/2011-CN; Ofício nº 10/2011-CN; Ofício nº 7/2011-CN; Ofício nº 8/2011-CN; Ofício nº 13/2011-CN; Ofício nº 5/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

10 - Relatório apresentado ao Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do A córdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9”. **Mensagem nº 37/2011-CN; Ofício nº 33/2011-CN; Mensagem nº 38/2011-CN; Ofício nº 26/2011-CN; Ofício nº 28/2011-CN; Ofício nº 31/2011-CN; Ofício nº 32/2011-CN; Ofício nº 30/2011-CN; Ofício nº 29/2011-CN; Ofício nº 34/2011-CN; Ofício nº 27/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

11 - Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do A córdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanha do do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”. **Mensagem nº 99/2011-CN; Ofício nº 41/2011-CN; Ofício nº 40/2011-CN; Mensagem nº 100/2011-CN; Ofício nº 43/2011-CN; Ofício nº 45/2011-CN; Ofício nº 47/2011-CN; Ofício nº 46/2011-CN; Ofício nº 42/2011-CN; Ofício nº 48/2011-CN; Ofício nº 44/2011-CN; Ofício nº 49/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

12 - Relatório apresentado ao Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do A córdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanha do do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”. **Mensagem nº 10/2012-CN; Ofício nº 4/2012-CN; Ofício nº 5/2012-CN; Mensagem nº 11/2012-CN; Ofício nº 8/2012-CN; Ofício nº 9/2012-CN; Ofício nº 11/2012-CN; Ofício nº 15/2012-CN; Ofício nº 7/2012-CN; Ofício nº 12/2012-CN; Ofício nº 6/2012-CN; Ofício nº 10/2012-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

13 - Relatório apresentado ao Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 - Relatório apresentado ao Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 - Relatório apresentado à Mensagem nº 46/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”. **Mensagem nº 134/2010-CN; Mensagem nº 13/2011-CN.**

Relator: Deputado Joaquim Beltrão.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

16 - Relatório apresentado à Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 - Relatório apresentado à Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

18 - Relatório apresentado à Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

19 - Relatório apresentado à Mensagem nº 56/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

20 - Relatório apresentado à Mensagem nº 102/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 - Relatório apresentado ao Aviso nº 25/2012-CN, que “Encaminha, conforme determina o parágrafo único do art. 111 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2012”.

Relator: Deputado Waldenor Pereira.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

- 22** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 25/2011-CN**, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011”.
Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 23** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 36/2011-CN**, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011”.
Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 24** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 50/2011-CN**, que “Encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011”.
Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 25** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 17/2012-CN**, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011”.
Relator: Senador Flexa Ribeiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 26** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 02/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 27** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 14/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 28** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 37/2011-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.
Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 29** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 14/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”.
Relator: Deputado João Paulo Lima.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 30** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 42/2012-CN**, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.
Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 31** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 43/2012-CN**, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/ SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.
Relator: Deputado João Paulo Lima.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 32** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 03/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Hugo Motta.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 33** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 9/2012-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.
Relator: Deputado João Leão.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 34** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 26/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.
Relator: Deputado João Leão.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
- 35** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 31/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contatadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”. **Ofício nº 32/2010-CN**.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro.
Voto: pelo arquivamento das matérias.

36 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 33/2010-CN**, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008”. **Ofício nº 01/2011-CN**.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento das matérias.

37 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”.

Aviso nº 46/2009-CN; Aviso nº 01/2010-CN; Aviso nº 09/2010-CN.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

38 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2010-CN**, que “Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010”. **Aviso nº 35/2010-CN; Aviso nº 01/2011-CN; Aviso nº 07/2011-CN**.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

39 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 18/2011-CN**, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”. **Aviso nº 22/2011-CN; Aviso nº 25/2011-CN; Aviso nº 03/2012-CN**.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

40 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 18/2012-CN**, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009”. **Aviso nº 27/2012-CN**.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

41- Relatório apresentado ao **Ofício nº 16/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

Voto: pelo arquivamento da matéria.

42 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 51/2011-CN**, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Deputada Cida Borghetti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

43 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 32/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

44 - Relatório apresentado ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN**, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves”) da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.

Relator: Deputado Renato Molling.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

45 - Relatório apresentado ao **Mensagem nº 190-A/2009-SF**, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

46 - Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.

Autor: Senador Paulo Paim

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação do Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN**, Proposta Orçamentária para 2013, o Presidente encerrou os trabalhos.

Brasília, 20 de dezembro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha 01 a 22/12/2012

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	-
Reuniões	02
Total	02

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	02
Total	02

Resenha Consolidada 10/04 a 22/12/2012

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	19
Total	20

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	11
Total	11

Resultados das Reuniões

01 a 22/12/2012

19ª Reunião realizada em 12 de dezembro de 2012

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 1ª PARTE

Lançamento do estudo GLOBE sobre Legislação Florestal e Debate sobre a relevância da legislação de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal-REDD.

Participantes:

Embaixador André Corrêa do Lago
Embaixador - Ministério das Relações Exteriores - [MRE](#)

Dr. Aloísio de Melo
Coordenador de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas - Ministério da Fazenda - [MF](#)

Dra. Thais Narciso
gerente - GLOBE Internacional

Dr. Ludovino Lopes
Consultor - GLOBE Internacional

Sr. Adriano Santhiago de Oliveira
Diretor - Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente - [MMA](#)

Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente - Globe Nacional

Senador Cicero Lucena
Presidente - Globe Nacional

Resultado: Audiência Pública realizada

2ª PARTE

Apresentação e Votação do Relatório Final da Comissão - CMMC/2012.

Relator: Senador Sérgio Souza

Resultado: Adiada a Apresentação e Votação do Relatório Final para o dia 19/12/2012, quarta-feira, às 14:00 hs.

20ª Reunião realizada em 19 de dezembro de 2012

1ª PARTE

Assunto/Finalidade:

Discussão e Resultados da COP-18.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE

Assunto/Finalidade:

Apresentação e Votação do Relatório Final da Comissão – CMMC/2012.

Resultado: Aprovado o Relatório Final.

EXTRAPAUTA

Requerimento nº 10, de 2012-CMMC

Requer, nos termos regimentais, autorização para participação da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, na primeira Cúpula da GLOBE sobre legislação do clima, a ser realizada em Londres, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2013.

Autoria: Deputado Márcio Macêdo

Resultado: Aprovado

Requerimento nº 11, de 2012-CMMC

Requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, sobre a formação e participação do Brasil na Agência Internacional de Energias Renováveis, com os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério das Minas e Energia; e
- Representante da International Renewable Energy Agency –IRENA.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Deputado Márcio Macêdo

Resultado: Aprovado

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 22/12/2012

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	12
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	33
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	2
REUNIÕES CONJUNTAS	4
TOTAL	51

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL**
CAE	2	4	-	6
CAS	-	4	3	7
CCJ	2	-	1	3
CE	2	2	1	5
CMA	1	3	2	6
CDH	-	9	1	10
CRE	2	1	-	3
CI	-	2	1	3
CDR	1	-	1	2
CRA	-	5	-	5
CCT	-	3	1	4
CMMC	2	-	-	2
TOTAL	12	33		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (**), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
CI – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	2		2
TOTAL	2		

(**) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES
36ª	CCJ (48ª), CMA (50ª) e CI (36ª)
37ª	CE (61ª) e CAS (48ª)
38ª	CAS (49ª), CMA (54ª), CDR (22ª) e CCT (33ª) -
39ª	CAS (50ª) e CDH (84ª)
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 4	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	4
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	-
Comissão de Educação – CE	1
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	8
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	-
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	1
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	-
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	1
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	1
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	1
TOTAL	19

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	2
TOTAL	2

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Serviços de Infra-estrutura – CCJ, CMA e CI	1
Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Comissão de Assuntos Sociais – CE e CAS	1
Comissão de Assuntos Sociais – CAS e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	1
TOTAL	3

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	24
---	-----------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PEC			1										1
PLS	8	3	3		3	6		1	1	7	2		34
ECD		1											1
SCD		1	2	1						1			5
PLC			5	2	2		2			2			13
PDS							7				130		137
RQS							1						1
IND	1												1
MSF	6			1			4						11
OFS		2						1					3
AVS					1					2			3
AMA					3								3
SUG						2							2
TOTAL	15	7	11	4	9	8	14	2	1	12	132	-	215

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	16
PLC	1
PDS	130
TOTAL	147

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	1
PLS	18
ECD	1
SCD	5

PLC	12
PDS	7
RQS	1
IND	1
MSF	11
OFS	3
AVS	3
AMA	3
SUG	2
TOTAL	68

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
4	6	-	1	3	4	1	1	2	2	3	2	29
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC (CI)												-
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES												-

TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES	29
---	-----------

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	28
Rejeitado	1
TOTAL	29

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	-
TOTAL	-

**MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES
PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO**

Requerimento de Urgência	12
Requerimento de Informações	3
Projeto de Decreto Legislativo	1
TOTAL	16

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 22/12/2012

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	131
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	358
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	57
REUNIÕES CONJUNTAS	39
TOTAL ACUMULADO	585

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL **
CAE	25	24	15	64
CAS	-	43	8	51
CCJ	30	15	4	49
CE	25	33	4	62
CMA	9	33	13	55
CDH	-	79	6	85
CRE	22	20	5	47
CI	-	28	10	38
CDR	6	12	4	22
CRA	-	37	-	37
CCT	-	29	5	34
CMMC	14	5	1	20
TOTAL ACUMULADO	131	358		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	5	-	5
CAS - Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	8	-	8
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	3	-	3
CMA - Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	6	-	6
CMA - Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	4	-	4
CMA - Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20	-	4	4
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1	-	1
CDH - Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	1
CRE - Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE+20	-	4	4
CRE - Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF	1	-	1
CI - Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	25	-	25
CDR - Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN	1	-	1
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. - CDRCOOL	2	-	2
TOTAL ACUMULADO	57		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS		
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	TOTAL
1ª, 4ª, 8ª e 39ª	CAS e CDH	4
2ª e 26ª	CI e CMA	2
3ª, 7ª, 12ª, 15 e 17ª	CRER+20 e CMARIO20	5
5ª	CMA, CCT e CRE	1
6ª e 22ª	CRE e CMA	2
9ª e 10ª	CCJ e CAE	2
11ª, 16ª, 27ª e 30ª e 32ª	CI e CAE	5
13ª	CCT e CI	1
14ª	CRE e CE	1
18ª	CAE e Com.Mista.MPV 567	1
19ª	CMMC e CRE	1
20ª	CAE, CI e CDR	1
21ª e 33ª	CAE, CMA, CMO e três Comissões da Câmara dos Deputados	2
23ª	CAE, CCJ e CDR	1
24ª	CAE e CAS	1
25ª	CCT e CMA	1
28ª e 29ª	CMA e CDH	2
31ª e 38ª	CCT, CAS, CMA e CDR	2
34ª e 35ª	CAE e CE	2
36ª	CCJ, CMA e CI	1
37ª	CE e CAS	1
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 39		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	11
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	10
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	4
Comissão de Educação – CE	28
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	19
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	70
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	18
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	3
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	3
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	17
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	11
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	14
TOTAL ACUMULADO	208

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP	4
CAS – Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	4
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CMA – Permanente da Água – CMAGUA	5
CMA – Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	3
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1
CI – Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	21
TOTAL ACUMULADO	39

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	2
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CRER+20 (CRE) e CMARIO20 (CMA)	5
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Com. Assuntos Sociais–CDH e CAS	4
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CMA, CCT e CRE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CRE e CMA	2
Com. de Constituição, Justiça e Cidadania e Com. Assuntos Econômicos – CCJ e CAE	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Com. de Assuntos Econômicos – CI e CAE	5
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CCT e CI	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CRE e CE	1
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE - e Comissão Mista da MPV 567, de 2012	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CAE, CI e CDR	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão Mista de Mudanças Climáticas – CRE e CMMC	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CAE, CMA e CMO (Senado Federal) e 3 Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CDEIC, CFT e CFFC	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCJ, CAE e CDR	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais – CAE e CAS	1
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CCT e CMA	1
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CMA e CDH	2
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCT, CAS, CMA e CDR	1
Com. de Assuntos Econômicos e Com. de Educação, Cultura e Esporte – CAE e CE	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CCJ, CMA e CI	1
Com. de Assuntos Sociais e Com. de Educação, Cultura e Esporte – CAS e CE	1
TOTAL ACUMULADO	38

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	285
---	------------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												TOTAL
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	
PEC	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
PLS	66	97	25	46	36	37	2	20	19	24	17	-	389
ECD	-	2	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	4
SCD	2	3	4	2	1	1	-	1	-	2	-	-	16
PLC	14	17	49	74	8	6	9	6	1	7	6	-	197
PDS	1	1	-	-	-	-	38	-	-	-	704	-	744
PRS	2	-	4	9	-	-	-	-	-	-	-	-	15
RQS "SF"	-	-	1	-	-	-	32	-	-	-	-	-	33
IND	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
PFS	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
EMEN PLEN	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
MSF	61	-	6	1	1	-	31	2	-	-	-	-	102
OFS "S"	1	3	5	1	2	-	-	3	1	-	-	-	16
OCS	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
DIV	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AVS	3	1	-	-	5	-	-	-	2	9	1	-	21
AMA	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	17
SUG	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-	23
DAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
REP.	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL ACUMULADO	151	128	114	133	75	68	112	32	23	43	728	-	1607

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	172
PLC	82
PDS	704
OFS	2
TOTAL ACUMULADO	960

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	14
PLS	217
ECD	4
SCD	16
PLC	115
PDS	40
PRS	15
RQS "SF"	33
IND	2
PFS	4
EMEN PLEN	5
MSF	102
OFS "S"	14
OCS	2
DIV	1
AVS	21
AMA	17
SUG	23
DAS	1
REP	1
TOTAL ACUMULADO	647

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL ACUMULADO
46	69	32	56	80	144	27	48	28	37	36	11	614
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP												1
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP												8
CMA – Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA												2
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM												1
CI - Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC												4
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. – CDRCOOL												2
TOTAL ACUMULADO												18
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												632

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	600
Rejeitados	12
Prejudicados	02
TOTAL ACUMULADO	614

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	17
Rejeitado	1
TOTAL ACUMULADO	18

**MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES
PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO**

Requerimento de Urgência	95
Requerimento de Tramitação Autônoma	1
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Requerimento de Informações	14
Requerimento de Autorização para Representação do Senado Federal	4
Requerimento de Sobrestamento de Matéria	1
Requerimento de Voto de Pesar	3
Requerimento de Voto de Aplauso ou Semelhante	2
Proposta de Emenda à Constituição	2
Projeto de Lei do Senado	14
Projeto de Decreto Legislativo	3
Projeto de Resolução do Senado	1
Indicação	1
TOTAL ACUMULADO	142

**RELATÓRIOS APROVADOS PELAS SUBCOMISSÕES A SEREM
APRECIADOS PELA RESPECTIVA COMISSÃO (Art. 73 § 2º do RISF)**

CAS - Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CASFGTS	1
TOTAL ACUMULADO	1

**EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO**

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 3/2012-CN (PLDO/2013)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
METAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	55
TEXTO	13	13	13	5	39	10	22	4	3	7	10	139
TOTAL ACUMULADO	18	18	18	10	44	15	27	9	8	12	15	194

**EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO**

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 24/2012-CN (PLOA/2013)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
APROPRIAÇÃO DE DESPESA	4	4	4	4	4	3	3	4	4	4	3	41
REMANEJAMENTO	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	-	4
TOTAL	4	4	5	4	4	3	4	6	4	4	3	45

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES

01 a 22/12/2012

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

• Dia 04 de dezembro

Finalidade:

Discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 46/2012, Senador Delcídio do Amaral.

Participante:

• **Guido Mantega** - Ministro de Estado - Ministério da Fazenda - MF

• Dia 05 de dezembro

Finalidade:

Discutir as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e medidas para a solução desse problema.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 44/2012, Senadora Ana Amélia e outros.

Participantes:

• **Andrey Goldner Baptista Silva** - Coordenador-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais - Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF (representante de: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda).

• **Margarete Maria Gandini** - Diretora Substituta do Departamento de Equipamento de Transportes - Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - SDP/MDIC (representante de: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

• **Antonio Carlos Fonseca da Silva** - Subprocurador-Geral da República e Coordenador - 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal – MPF (representante de: 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal).

• **Luiz Carlos Mandelli** - Conselheiro - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores - Sindipeças

(representante de: Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores).

• **Joel Silveira Leite** - Jornalista - Boletim Autoinforme

• Dia 11 de dezembro

Finalidade:

Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal; e discutir transferências de controle acionário, intervenções e liquidações ocorridas no sistema financeiro nacional em tempos recentes, que envolveram os bancos Pan-Americano, Rural, BMG, Votorantim, e, mais recentemente, Cruzeiro do Sul e Prosper.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 36/2012, Senador Cyro Miranda e outros.

Participante:

• **Alexandre Tombini** - Presidente - Banco Central do Brasil

• Dia 11 de dezembro

Finalidade:

Discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 47/2012, Senador Delcídio Amaral.

Participantes:

- **Nelson Henrique Barbosa Filho** - Presidente - Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz
 - **Jáder Rieffe Julianelli Afonso** - Secretário de Estado - Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul - Sefaz-MS
 - **Luiz Carlos Hauly** - Secretário de Estado - Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - Sefa-PR
 - **Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos** - Secretário de Estado - Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro - Sefaz-RJ
 - **Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha** - Secretário Adjunto - Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - Sefa-PA
- (representante de: José Barroso Tostes Neto)
- **Andrea Sandro Calabi** - Secretário de Estado - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ-SP
 - **Carlos Mauro Benevides Filho** - Secretário de Estado - Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ-CE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

• Dia 11 de dezembro

Finalidade:

Discutir o impacto das fusões entre companhias aéreas no mercado de trabalho do setor de aviação, bem como o valor das passagens aéreas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 64/2012, Senadora Ana Amélia e outros
- RAS 67/2012, Senadora Ana Amélia

Participantes:

- **Antonio Maria Espósito** - Coordenador Geral de Acompanhamento de Mercado - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR (representante de: Wagner Bittencourt de Oliveira)
 - **Danielle Crema** - Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado - Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (representante de: Marcelo Pacheco dos Guaranys)
 - **Eudes da Silva Carneiro** - Assessor - Secretaria de Relações do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
- (representante de: Representante do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE)
- **Graziella Baggio** - Secretária de Assuntos Previdenciários - Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA (representante de: Gelson Dagmar Fochesato)
 - **Alberto Fajerman** - Assessor da Presidência - GOL Linhas Aéreas Inteligentes – GOL (representante de: Representante da GOL Linhas Aéreas)
 - **Ricardo Machado Ruiz** - Conselheiro - Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (representante de: Vinícius Marques de Carvalho)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

• Dia 05 de dezembro

Finalidade:

Ciclo de Audiências Públicas - Educação e Federalismo - 7ª Audiência

Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?

Participantes:

- **Roseni Sena** - Diretora Executiva - Instituto Inhotim
- **Cybele Amado** - Presidente - Instituto Chapada de Educação e Pesquisa Vencedora do Prêmio Empreendedor Social de 2012

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

- **Dia 06 de dezembro**

Finalidade:

Esclarecimentos sobre a "Operação Porto Seguro" da Polícia Federal.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RMA 103/2012, Senador Randolfe Rodrigues e outros.

Participante:

- **Vicente Andreu Guillo** - Diretor-Presidente - Agência Nacional de Águas – ANA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

- **Dia 03 de dezembro**

Finalidade:

Debater o Estatuto do Motorista.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 142/2012, Senador Paulo Paim.

Participantes:

- **Naldenis Martins** - Auditor Fiscal do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (representante de: Carlos Daut Brizola)
- **Luiz Alberto Mincarone** - Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais
- **Célio Moreira** - Vereador
- **Neori Tigrão** - Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro
- **Pedro Lopes** - Diretor da Federação das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina
- **Otávio Vieira da Cunha Filho** - Presidente - Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
- **Carlos Alberto Litti Dahmer** - Presidente - Sindicato de Transportador Autônomo de Carga de IJUÍ/RS - SINDITAC
- **José Luiz Santolin** - Superintendente - Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros – ABRATI (representante de: Renan Chieppe)

- **Dia 04 de dezembro**

Finalidade:

Debater o assédio moral, a demissão voluntária e a terceirização no Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 118/2012, Senador Paulo Paim.

Participantes:

- **Inácio Arruda** - Senador
- **Tânia Mara Costa** - Auditora Fiscal do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (representante de: Carlos Daut Brizola)
- **Maria Cristina Irigoyen Peduzzi** - Ministra - Tribunal Superior do Trabalho - TST
- **Genival Beserra Leite** - Presidente - Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviço a Terceiro (representante de: Clara Bernadete Ferreira)
- **Rejane Avila Cavalcanti Bezerra** (representante – Pedevistas)
- **Luis Carlos de Alencar Macedo** - Diretor da Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
- **Valdemar Moreira da Silva Filho** - Engenheiro em Segurança do Trabalho
- **Márcio Azevedo Dias** - Secretário-Geral - Sindicato dos Petroleiros - RN – Sindipetro (representante de: José Antonio de Araújo)
- **Henrique Sotoma** - Diretor Administrativo - Associação dos Engenheiros da Petrobrás (representante de: Sílvio Sinedino Pinheiro)
- **Eudes da Silva Carneiro** - Assessor - Secretaria de Relações do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- **Cláudio Dolabella Vianna** - Consultor Técnico Jurídico - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC
- **Jonas Ratier Moreno** - Procurador do Trabalho; Coordenador - Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - Ministério Público do Trabalho

• **Marco Clemente** - Vice-Presidente - Sindicato dos Radialistas do DF

• **Dia 06 de dezembro**

Finalidade:

Debater a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 132/2012, Senador Cristovam Buarque.

Participantes:

• **Angélica Moura Goulart** - Secretária - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (representante de Maria do Rosário Nunes)

• **Marise Pinheiro Abrantes** - Psicóloga Clínica

• **Vicente Faleiros** - Coordenador - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA

• **Marcia Freitas Vieira** - Presidente - Comissão Nacional de Direitos Humanos – Departamento de Polícia Rodoviária Federal – Ministério da Justiça

• **Dia 10 de dezembro**

Finalidade:

Debater os problemas do uso do ponto eletrônico no Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 144/2012, Senador Paulo Paim.

Participantes:

• **Edgar Moreira Brandão** - Auditor Fiscal do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (representante de: Carlos Daudt Brizola)

• **Alain Mac Gregor** - Advogado da Divisão Sindical - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

(representante de: Antônio Oliveira dos Santos)

• **Francisco Calasans Lacerda** - Diretor de Assuntos Jurídicos - Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST

(representante de: José Calixto Ramos)

• **Lucienne Fontes Cenizio Couto**

(representante - Pequenos Fabricantes de Equipamentos e Software para Gestão de Ponto)

• **Joaquim Rodrigues Nascimento** - Procurador do Trabalho - PRT da 10ª Região/DF-TO

(representante de: Luís Antônio Camargo de Melo)

• **Valdete Severo** - Juíza - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA (representante de: Renato Henry Sant'anna)

• **Francisco Canindé Pegado do Nascimento** - Secretário Geral da UGT

(representante de: Ricardo Patah)

• **Marcio Milan** - Vice-Presidente - Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS

(representante de: Sussumo Honda)

• **Pablo Rolim Carneiro** - Analista de Políticas e Indústria - Confederação Nacional da Indústria – CNI

(representante de: Robson Braga de Andrade)

• **Raul Gottlieb** - Diretor - Associação das Empresas Fabricantes de Equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto

(representante de: José Roberto Dias)

• **Luis Antônio Medeiros de Araújo** - Auditor Fiscal do Trabalho - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT

• **Bernardo Rocha** - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Trabalho e Previdência Social - Confederação Nacional da Agricultura – CNA

• **Dia 12 de dezembro**

Finalidade:

Debater a situação dos povos ROM, Calon e Sinti, os assim chamados ciganos.

Requerimento de realização de audiência:

- RDH 135/2012, Senador Paulo Paim.

Participantes:

• **Ione Carvalho** - Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural - Ministério da Cultura – MinC (representante de: Márcia Rollemberg)

• **Macaé Maria Evaristo dos Santos** - Diretora de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais - Ministério da Educação

(representante de: Maria Evaristo dos Santos)

• **Paul Israel Singer** - Secretário Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

-
- **Silvany Euclênio Silva** - Secretária - Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR
 - **Marlete Queiroz**
(representante - Associação dos Ciganos Calons)
 - **Claudio Domingos Iovanovitchi**
(representante - Associação de Preservação da Cultura Cigana de Curitiba-PR)
 - **Luciano Mariz Maia** - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
 - **Letícia Miguel Teixeira** - Gerente de Projetos Substituta da Diretoria de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano - Ministério das Cidades

- **Dia 13 de dezembro**

Finalidade:

Debater as denúncias de crimes e violação de direitos humanos contra tripulantes e passageiros de navios de cruzeiros internacionais.

Requerimento de realização de audiência:

- RDH 138/2012, Senador Paulo Paim.

Participantes:

- **Eduardo Antunes Parmeggiani** - Vice Procurador-Geral do Trabalho - Ministério Público do Trabalho – MPT
- **Luciano Pasini Ponce Judice** - Diretor de Assistência Jurídica e Previdência Social – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos – CONTTMAF
- **Luiz Alves Netto** - Presidente - Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante
- **José Américo Gonçalves Pessanha** - Diretor Presidente - Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos
- **José Godolphim** - Irmão de Camila Peixoto Bandeira - Tripulante Assassinada no navio Música da MSC
- **Ricardo Leite G. Ponzi** - Presidente - Federação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviários e Afins - FNTTAA
- **Rosângela Bandeira de Oliveira** - Mãe de Camila Peixoto Bandeira - Tripulante Assassinada no navio Música da MSC
- **Rinaldo Gonçalves de Almeida** - Auditor Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
(representante de: Carlos Daut Brizola)
- **Marcelo Santa Cruz de Freitas Ferraz** - Diplomata da Divisão de Assistência Consular - Ministério das Relações Exteriores – MRE
(representante de: Antonio de Aguiar Patriota)

- **Dia 17 de dezembro**

Finalidade:

Apresentar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Direitos Humanos.

Requerimento de realização de audiência:

- RDH 140/2012, Senador Paulo Paim.

Participantes:

- **Francisco Luis Lima** - Vice-Presidente - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT
(representante de: Rosângela Silva Rassy)
- **Chico Vigilante** - Deputado Distrital
- **Maciel de Aguiar** - Escritor, Curador da Exposição "Arte Tribal Africana"
- **Berenice Pianna de Pianna** - Membro - Grupo Mundo Azul
- **José Carlos Torves** - Diretor Membro da Executiva - Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ
- **Genivaldo da Silva** - Presidente - Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas
- **José Boaventura Santos** - Presidente - Confederação Nacional dos Vigilantes
- **Marcelo de Oliveira Nicolau** - Assessor - Ouvidoria Agrária Nacional
- **Deraldo Goulart** - Jornalista
- **Ticiane Imbroisi** - Assessora Parlamentar da FUNAI
- **Vera Bayma** - Psicóloga
- **Sérgio Ricardo Costa Caribe** - Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU
- **Daiane de Oliveira Lopes** - Socióloga - Ministério da Educação
(representante de: Aloizio Mercadante)
- **Aciole Antonio de Olivo** - Chefe da Assessoria Parlamentar - Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
(representante de: Marco Antonio Raupp)

-
- **Yuri Rafael Della Giustina** - Diretor - Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades
 - **Joilson Antônio Cardoso** - Secretário - Políticas e Relações Institucionais da CTB
 - **Cléber César Buzatto** - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário
 - **Lucieni Pereira** - Segunda Vice-Presidente - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS
 - **Marlete Queiroz** –
(representante - Associação dos Ciganos Calons)
 - **Lucienne Fontes Cenizio Couto**
(representante - Pequenos Fabricantes de Equipamentos e Software para Gestão de Ponto)
 - **Roberto John Gonçalves da Silva** - Coordenador Geral do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD
(representante de: Antônio José do Nascimento Ferreira)
 - **Moacir Meirelles** - Vice-Presidente - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP
(representante de: Warley Martins Gonçalves)
 - **Neusa Pivatto Muller** - Coordenadora Geral - Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República
 - **Renato Henry Sant'anna** - Presidente - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
 - **Josefina Serra dos Santos** - Membro - Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF
(representante de: Ophir Cavalcante)
 - **Marcos Terena** - Professor - Cátedra Indígena Internacional
 - **Dalila Fernandes de Negreiros** - Ouvidora Substituta - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR
(representante de: Luiza Bairros)
 - **Moacyr Roberto Tesch Auversvald** - Diretor Presidente - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade
(representante de: José Calixto Ramos)
 - **Edison Guilherme Haubert** - Presidente - MOSAP
 - **Carlos Vital Tavares Corrêa Lima** - Vice-Presidente - Conselho Federal de Medicina - CFM
 - **Carlos Penna Brescianini** - Professor - Representante - Blog Ambiente e Transporte
 - **Antonio Augusto de Queiroz** - Assessor Parlamentar - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP

- **Dia 20 de dezembro**

Finalidade:

Debater a questão de Prevenção de Queimaduras.

Requerimento de realização de audiência:

- RDH 147/2012, Senador Paulo Paim.

Participantes:

- **Thereza Piccolo** - Diretora do Hospital Nelson Piccolo
- **Nelson Piccolo** - Professor Doutor no tratamento de queimaduras
- **Natan Milward** - Capitão - Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
- **Lídia Aparecida Rossi** - Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
- **José Eduardo Fogolin Passos** - Coordenador Geral de Média e Alta Complexidade - Ministério da Saúde – MS
(representante de: Alexandre Rocha Santos Padilha)
- **Gilberto de Aguiar** - Chefe da Coordenação de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte
- **Cristina Lopes Afonso** - Vítima de Queimadura
- **Cristina Serra** - Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras

COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA (CI)

- **Dia 11 de dezembro**

Finalidade:

Discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se

realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

Requerimento de realização de audiência:

- Requerimento nº 46/2012-CI.

Participantes:

- **Francisco José de Siqueira** - Diretor jurídico - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
- **Ricardo Nogueira** - Presidente - Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG
- **Wolner Aguiar** - Representante - Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - SNETA
- **Rui Thomaz de Aquino** - Vice-Presidente - Associação Brasileira de Táxis Aéreos - ABTAer

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

- **Dia 13 de dezembro**

Finalidade:

Debater e avaliar as consequências econômicas da proibição da aplicação de ingredientes ativos (imidacloprido, tiametoxam, fipronil e clotianidina) na cultura do algodão e da soja.

Requerimento de realização de audiência:

- RRA 41/2012, Senador Acir Gurgacz.

Participantes:

- **Márcio Rosa Rodrigues de Freitas** - Diretor Substituto de Qualidade Ambiental e Coordenador Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do IBAMA.
- **Girabis Ramos** - Diretor do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFI/DAS – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
- **Luís Eduardo Pacifici Rangel** - Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA/DFI/DAS – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
- **Alexandre José Cattelan** - Chefe-Geral da Embrapa Soja – EMBRAPA.
- **Paulo Eduardo Degrande** - Professor da Universidade Federal de Dourados – MS – UFGD.
- **Sérgio de Marco** - Ex-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – ABRAPA.
- **Carlos Henrique Favaro** - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – Aprosoja/Mato Grosso.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

- **Dia 12 de dezembro**

Finalidade:

Debater o tema “Situação e qualidade do Serviço Móvel Pessoal – SMP, atuação e investimentos das Operadoras de Telefonia móvel e as medidas adotadas pela Anatel”.

Requerimento de realização de audiência:

- RCT 32/2012, Senador Eduardo Braga.

Participantes:

- **João Batista de Rezende** - Presidente - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- **Eduardo Levy** - Diretor Executivo - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

- **Dia 12 de dezembro**

Finalidade:

Lançamento do estudo GLOBE sobre Legislação Florestal e Debate sobre a relevância da legislação de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal-REDD+.

Participantes:

- **André Corrêa do Lago** - Embaixador - Ministério das Relações Exteriores - MRE
 - **Aloísio de Melo** - Coordenador de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas - Ministério da Fazenda - MF
 - **Thais Narciso** - Gerente - GLOBE Internacional
 - **Ludovino Lopes** - Consultor - GLOBE Internacional
 - **Adriano Santhiago de Oliveira** - Diretor - Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente - MMA
 - **Rodrigo Rollemberg** – Senador - Vice-Presidente - Globe Nacional
 - **Cícero Lucena** – Senador - Presidente - Globe Nacional
-

- SUBCOMISSÕES -

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL - CISTAC (CI)

- **Dia 11 de dezembro**

Finalidade:

Discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

Requerimento de realização de audiência:

Requerimento nº 46/2012-CI.

Participantes:

- **Francisco José de Siqueira** - Diretor jurídico - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
- **Ricardo Nogueira** - Presidente - Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG
- **Wolner Aguiar** - Representante - Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - SNETA
- **Rui Thomaz de Aquino** - Vice-Presidente - Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer

- **Dia 14 de dezembro**

Finalidade:

Debater e subsidiar o Relatório Final a ser elaborado pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Requerimento de realização de audiência:

Requerimento nº 2, de 2012 - CISTAC.

Participantes:

- **Georges de Moura Ferreira** - Professor - Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/GO
 - **Walter Bartels** - Presidente - Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil – AIAB (representante de: Jackson Schneider)
 - **Respício Antônio do Espírito Santo Júnior** - Professor - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
 - **Carlos Ebner** - Diretor - Associação Internacional de Transportes Aéreos - IATA
 - **Wolner Aguiar** - Representante - Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG (representante de: Ricardo Nogueira)
 - **Carlos Montino** - Diretor Presidente - Associação dos Servidores da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) - ASA
 - **Benevides Carvalho** - Consultor - Associação Brasileira de Empresas Aéreas – ABEAR (representante de: Eduardo Sanovicz)
 - **Cairon Ribeiro dos Santos** - Advogado
 - **Nelson Paim** - Presidente - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola - SINDAG
-

- CONJUNTAS -

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ), COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) E COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA (CI)

• **Dia 05 de dezembro**

Finalidade:

Obter informações sobre a denominada "Operação Porto Seguro".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQJ 61/2012, Senador Alvaro Dias
- RQJ 62/2012, Senador Alvaro Dias
- RQJ 63/2012, Senador Pedro Simon e outros
- RQJ 64/2012, Senador Eduardo Braga
- RQI 50/2012, Senador Eduardo Braga
- RMA 102/2012, Senador Eduardo Braga e outros

Participantes:

- **Luís Inácio Lucena Adams** - Advogado-Geral da União
- **José Eduardo Cardozo** - Ministro de Estado – Justiça

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE) E
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)**

• **Dia 12 de dezembro**

Finalidade:

Instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que "dispõe sobre o exercício da Medicina".

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimentos nº 57/12-CE e nº 66/12-CAS: Senadores João Capiberibe, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Aloysio Nunes.

Participantes:

- **Miraci Mendes da Silva Astun** - Coordenadora Geral - Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde - DEGERTS/MS
- **Amaro Henrique Pessoa Lins** - Secretário de Educação Superior - Ministério da Educação - MEC
- **Luiz Roberto Liza Curi** - Conselheiro - Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS) E
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)**

• **Dia 18 de dezembro**

Finalidade:

Debater o "Estatuto da Juventude", instituído pelo Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, que "dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências."

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimentos nºs. 59, de 2012-CAS e 145, de 2012-CDH, ambos de autoria do Senador Paulo Paim

Participantes:

- **Bruno de Oliveira Elias** - Secretário Executivo - Conselho Nacional da Juventude (representante de: Severine Macedo)
- **Andre Luis Machado de Castro** - Presidente - Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP
- **Diego Gomes Santos Mesquita** - Coordenador da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- **Lilian Cherulli de Carvalho** - Assessora da Área Técnica de Saúde do Adolescente e Jovem - Ministério da Saúde - MS
- **Alessandro de Leon** - Conselheiro - Conselho Nacional da Juventude
- **Jardel Santana** - Membro da Coordenação - Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Brasília (representante de: Joaquim Alberto Andrade Silva)

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa

T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 89/2011 - Acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CCJ	12/12
PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 15/2005 - Dá nova redação ao caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	CAE	18/12
PLS 25/2007 - Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público.	Aprovado o projeto. (T)	CCJ	12/12
PLS 73/2007 - Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.	O Substitutivo é definitivamente adotado. (T) (Turno Suplementar)	CMA	11/12
PLS 125/2007 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAS	05/12
PLS 32/2008 - Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CMA-CRA. (NT)	CRA	18/12
PLS 121/2008 - Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.	Aprovado o parecer pela rejeição do PLS 121/2008 e do PLS 255/2009. (NT)	CCT	19/12
Tramita em conjunto com			
PLS 255/2009 – Define como crime a facilitação da exploração de jogo de azar por meio de rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado, bem como a autorização para pagamento			

de crédito ou aposta relacionados ao referido jogo.

PLS 222/2008 - Autoriza a abertura de capital da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).	Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) (NT)	CAE	18/12
PLS 144/2010 – Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade. (NT)	CMA	11/12
PLS 165/2010 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada. Tramita em conjunto com PLS 79/2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.	Aprovado o parecer favorável ao PLS 165/2010, com a Emenda apresentada, e pela rejeição do PLS 79/2011. (NT)	CDH	11/12
PLS 5/2011 - Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.	Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA-CRA (Substitutivo). (NT)	CRA	04/12
PLS 249/2011 - Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs. 1 e 2-CMA. (NT)	CMA	18/12
PLS 330/2011 – Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs. 1 a 22-CCJ e contrário às Emendas nºs. 23 a 26. (NT)	CCJ	05/12
PLS 396/2011 - Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.	Aprovado o projeto. (T)	CRA	18/12
PLS 444/2011 - Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.	O Substitutivo é definitivamente adotado. (T) (Turno Suplementar)	CMA	11/12
PLS 528/2011 - Altera o art. 1º da Lei nº. 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de	Rejeitado o projeto. (T)	CAE	18/12

manutenção e desenvolvimento do ensino.

PLS 627/2011 - Dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários.	Aprovado o projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (T)	CAE	18/12
PLS 648/2011 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para elevar a cinquenta por cento o percentual máximo do setor de serviços na carteira de financiamentos do FCO destinada ao Distrito Federal.	O projeto é declarado prejudicado. (T)	CAE	18/12
PLS 688/2011 - Dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por instituições financeiras federais na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRA	18/12
PLS 764/2011 - Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.	A Comissão aprova o projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (T) (Turno Suplementar)	CAE	11/12
PLS 75/2012 - Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CDH	11/12
PLS 109/2012 - Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências.	Aprovado o projeto. (T)	CAE	18/12
PLS 202/2012 - Dispõe sobre o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CRA. (NT)	CRA	18/12
PLS 237/2012 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor da licença especial à gestante em situação de risco.	Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CAS. (T)	CAS	05/12
PLS 238/2012 - Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, e dá outras providências.	Aprovado o projeto. (T)	CRA	18/12
PLS 279/2012 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CDH	11/12

PLS 293/2012 - Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País. (Matéria deliberada em Reunião Conjunta)	Aprovado o projeto, na forma da Emenda nº 01 - CDR/CMA/CAS/CCT (Substitutivo). (T)	CDR CMA CAS CCT	13/12
	O Substitutivo - Emenda nº 01- CDR/CMA/CAS/CCT - é definitivamente adotado. (T)	CCT	19/12
	(Turno Suplementar)		
PLS 310/2012 - Dá nova redação ao art. 15-A e acrescenta-se § 2º ao art. 34, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para dispor sobre a fixação dos juros compensatórios devidos em decorrência das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como dispor sobre a indenização de área não registrada nas desapropriações por utilidade pública.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CRA. (NT)	CRA	18/12
PLS 315/2012 - Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a exigência de valor mínimo para depósito ou retirada de recursos de caderneta de poupança.	Aprovado o projeto. (T)	CAE	18/12
PLS 335/2012 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes.	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	CDH	11/12
PLS 338/2012 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CDH	11/12
PLS 344/2012 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.	Aprovado o parecer favorável, com uma emenda de redação. (NT)	CDH	11/12
PLS 346/2012 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs. 1 a 4-CI. (NT)	CI	06/12
	Aprovado o projeto, as Emendas nºs. 1-CI-CCJ, 3-CI-CCJ, 4-CI-CCJ e a Emenda nº 2-CI-CCJ, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. (T)	CCJ	12/12

EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ECD

ECD 115/2007 - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do comerciante.	Aprovado o parecer favorável à Emenda nº 3 e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 da Câmara dos Deputados. (NT)	CAS	19/12
---	---	------------	--------------

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD

SCD 229/1995 – Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CMA-CRA. (NT)	CRA	04/12
SCD 294/2001 - Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.	Aprovado o parecer pela rejeição do Substitutivo. (NT)	CCJ	12/12
SCD 268/2002 - Dispõe sobre o exercício da Medicina.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CE	12/12
	Aprovado o parecer favorável ao Substitutivo da Câmara, com as alterações propostas. (NT)	CAS	19/12
SCD 402/2005 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CCJ	12/12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC

PLC 62/2003 - Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia. Tramita em conjunto com PLS 232/2007 - Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências.	Aprovado o parecer pela rejeição do PLC nº 62/2003 e do PLS 232/2007. (NT)	CMA	18/12
PLC 55/2007 - Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Tramita em conjunto com PLS 337/2008 - Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.	Aprovado o parecer favorável ao PLC 55/2007, na forma da Emenda nº 1-CCT-CRA (Substitutivo), e pela rejeição do PLS 337/2008. (NT)	CRA	18/12
PLC 113/2011 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962,	O Substitutivo é	CMA	11/12

de 11 de outubro de 2004. Tramita em conjunto com PLS 393/2011 - Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida.	definitivamente adotado. (T) (Turno Suplementar)		
PLC 27/2012 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CCJ	12/12
PLC 65/2012 - Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE. (NT)	CE	04/12
PLC 89/2012 - Denomina Aeroporto de São Paulo/Congonhas – Deputado Freitas Nobre o aeroporto da cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	04/12
PLC 96/2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex gravar em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CMA. (NT)	CMA	11/12
PLC 99/2012 – Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas de redação nºs. 1 a 3-CCJ. (NT)	CCJ	05/12
	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs. 1 a 3 CCJ-CRA. (NT)	CRA	18/12
PLC 104/2012 - Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio - QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 4-CRE, que apresenta, e pela rejeição das demais emendas. (NT)	CRE	11/12
	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CRE-CCJ. (NT)	CCJ	12/12
PLC 110/2012 - Altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército – QCO.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	11/12
PLC 114/2012 - Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CCJ	05/12

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

PLC 115/2012 - Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CCJ	05/12
---	------------------------------------	------------	--------------

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS

PDS 278/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SAMBÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
--	-------------------------	------------	--------------

PDS 281/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARTINHO CANUTO DE MELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coivaras, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
---	-------------------------	------------	--------------

PDS 291/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
--	-------------------------	------------	--------------

PDS 292/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOLIDÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ITAPUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
--	-------------------------	------------	--------------

PDS 303/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
---	-------------------------	------------	--------------

PDS 337/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUPER RÁDIO DEUS É AMOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
---	-------------------------	------------	--------------

PDS 345/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO PADRE URBANO THIESEN para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
--	-------------------------	------------	--------------

PDS 348/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à TOPSPORTS VENTURES S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
--	-------------------------	------------	--------------

PDS 351/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ONG – INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE BARCARENA PARÁ - INSNEELB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
--	-------------------------	------------	--------------

PDS 357/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL FM FERNANDOPÓLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 359/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASTORGA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 366/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 367/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ALDO CARVALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 368/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 369/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO MATOZINHO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 373/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à SM - COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 375/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO ITAÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 377/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 382/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 383/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 384/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viseu, Estado do Pará.			
PDS 385/2012 - Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OSVALDO CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 386/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à MERCOM BRÁSILIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 391/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à FABIANE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Verê, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 395/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baião, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 396/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE ITARARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 399/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 401/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE BARRENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 402/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOCIEDADE BENEFICÊNCIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Alegre, Estado do Tocantins.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 406/2012 - Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 407/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E LAZER DE FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 408/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL GUARANÉSIA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.			
PDS 409/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SARDOAENSE – COMUNITÁRIA, SOCIAL E CULTURAL SANTO ANTÔNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sardoa, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 410/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE PARAIBANA DE RÁDIODIFUSÃO, SONS E IMAGENS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 411/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO NORDESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 412/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE TAMANDARÉ DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Umbuzeiro, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 413/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PORTO BRASIL FM ESTEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 414/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Princesa Isabel, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 415/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 416/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIÃO DA SERRA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 417/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO E CULTURA KARISMA DE ROLANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 418/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA UNIÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12

médias na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.			
PDS 419/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIODIFUSORA SIRIEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíra, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 420/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – ACODCAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 421/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO MATER ET MAGISTRA DE LONDRINA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 422/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARINGÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maringá, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 423/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CERRO AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 424/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO JARACATY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 425/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA TROPICAL RONDONIENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 426/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTÚDIO “A” FM - ASCRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 427/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 430/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piçarras, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 431/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LIMITADA para	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso.			
PDS 432/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à LAMOGLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 434/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 435/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à DORNER & GRIGOLETTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nortelândia, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 438/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR – CENTRAL SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 439/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orizona, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 443/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ENERGIA FM DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 445/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA INTEIRA AÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 446/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à TV STÚDIOS DE TEÓFILO OTONI S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 447/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIDA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 448/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS, DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE TAIÓBEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12

PDS 449/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 451/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COM AÇÕES PARTICIPANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucas, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 452/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SONORA NOVARRUSSENSE para executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 453/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farias Brito, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 454/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paramoti, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 455/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à CEARÁ RÁDIO CLUBE S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 456/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAIÇARA DISTRITO DE CRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz – Vila Caiçara, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 459/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. RÁDIO TUPI para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 460/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 461/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PADRE LUSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 462/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 463/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12

FÁTIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fátima, Estado do Tocantins.			
PDS 466/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SERRA DA BOA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 467/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colorado, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 468/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA POMPEIA – ACUDICOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 469/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CONSELHO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 470/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM SUCESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 472/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 473/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palotina, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 474/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MORENA STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 475/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CACIQUE DE CAPÃO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 477/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 478/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12

na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará.

PDS 479/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA DE ICONHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 480/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIQUEIRA CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 481/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 482/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CURRAIS NOVOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 483/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE PICOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 484/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUADALUPE - ACCG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guadalupe, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 485/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Valério, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 486/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO DE BREVES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Breves, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 487/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUL CAPIXABA FM DE GUAÇUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 488/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPIXABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 489/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA ANTONIO CORREA DE LIMA - FUAFA para executar serviço de	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12

radiodifusão comunitária na cidade de Irituia, Estado do Pará.			
PDS 490/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TRINDADENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 491/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE FLORIANO PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floriano Peixoto, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 492/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM CIDADE DE MOGI GUAÇU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 493/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVABOAVISTENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 494/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CANUDOS DO VALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canudos do Vale, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 496/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 499/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS SOCIAIS "JOSÉ FERNANDES DA SILVA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 500/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIOCOM FM CHAPECÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 501/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLATINA DE ITUIUTABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 502/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12

PDS 503/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE GRUSSAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	05/12
PDS 504/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 506/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO 96 FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 508/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS CHAPADENSES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 509/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE JECEABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 510/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO LIMADUARTINA AMIGOS DA COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 511/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 512/2012 - Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LUTH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 513/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à FIUZA & SILVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Indiara, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 514/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL ORGANIZADA BARÃO DO MONTE ALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Monte Alto, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 515/2012 - Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao ESTADO DE GOIÁS para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 516/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PIRANGA LTDA.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12

para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piranga, Estado de Minas Gerais.			
PDS 517/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO 880 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 524/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO VIDEOMAKER DO BRASIL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 525/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BRAGANÇA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 526/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO EDUCADORA MÚSICA E CULTURA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 529/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DE IPUEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 530/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO RIO TIETÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 531/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO BRASIL 2000 para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 532/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à SBC – RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Primavera, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 533/2012 - Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 534/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caiabu, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12
PDS 535/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E COMUNITÁRIA VIVA MOSQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém,	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	19/12

Estado do Pará.			
PDS 540/2012 - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	11/12
PDS 541/2012 - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	13/12
PDS 546/2012 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	13/12
PDS 547/2012 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	13/12
PDS 548/2012 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2009.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	13/12
PDS 549/2012 - Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	13/12
PDS 550/2012 - Aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	13/12
REQUERIMENTO “SF” – RQS			
RQS 774/2012 - Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Aplauso ao Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, por sua disposição de promover um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), objetivando a conciliação nacional e a paz.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	06/12
INDICAÇÃO – IND			
IND 1/2012 - Sugere, nos termos regimentais, a criação e a manutenção, pelo Senado Federal, de banco de dados sócio-econômicos relativos a temas de índole federativa, a exemplo do endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, dentre	Aprovado o parecer favorável à indicação. (NT)	CAE	18/12

outros.

MENSAGEM – MSF

MSF 89/2012 - Encaminha a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PDS apresentado. (NT)	CAE	18/12
MSF 99/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.	Apreciada a Mensagem. (NT)	CRE	06/12
MSF 102/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTRA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga do Senhor Mário Diamante.	Apreciada a Mensagem. (NT)	CE	11/12
MSF 104/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor de até US\$ 59.103.957, 00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados a co-financiar, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o "Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT - Pró-Energia RS".	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	11/12
MSF 105/2012 - A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	11/12
MSF 106/2012 - A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	11/12
MSF 107/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-GT) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até USD 88,655,996.00 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares norteamericanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	11/12

Grupo CEEE-GT (PRO-ENERGIA - RS)".

MSF 108/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.	Apreciada a Mensagem (NT)	CRE	13/12
---	---------------------------	------------	--------------

MSF 112/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.	Apreciada a Mensagem (NT)	CRE	13/12
--	---------------------------	------------	--------------

MSF 113/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.	Apreciada a Mensagem (NT)	CRE	13/12
--	---------------------------	------------	--------------

MSF 117/2012 - Solicita que seja autorizada a operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS II, na modalidade denominada Policy Based Loan - PBL.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	18/12
--	---	------------	--------------

OFÍCIO “S” – OFS

OFS “S” 13/2008 – Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras indígenas daquele Estado.	Aprovado parecer pela remessa de cópia integral dos autos ao Procurador-Geral da República e posterior arquivamento. (NT)	CAS	05/12
--	---	------------	--------------

OFS “S” 10/2012 - Encaminha, nos termos do artigo 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, cópia da documentação de apresentação da Plenária de Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao 1º quadrimestre de 2012.	Aprovado o parecer pelo arquivamento. (NT)	CAS	12/12
---	--	------------	--------------

OFS “S” 23/2012 - Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o demonstrativo de impacto orçamentário sobre sua Receita Corrente Líquida relativo à Parceria Público-Privada.	Aprovado o parecer pelo conhecimento à Comissão, pela comunicação ao Ministério da Fazenda e posterior arquivamento. (NT)	CI	06/12
--	---	-----------	--------------

AVISOS – AVS

AVS 52/2012 - Encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2012.	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	CMA	11/12
AVS 71/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 2.679/2012 - TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional realizada nas ações de vigilância e fiscalização no trânsito internacional de produtos agropecuários gerenciadas pela SDA/Mapa (TC 008.768/2012-9).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	CRA	18/12
AVS 72/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 2.689/2012-TCU, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente ao monitoramento das determinações e recomendações dirigidas a diversos órgãos e entidades do Governo Federal envolvidos com a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (TC 013.603/2012-4).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	CRA	18/12
AVISOS DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – AMA			
AVS CMA 14/2012 - Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1036 de 2012 - TCU - Plenário, referente a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos ou financiamentos aos governos estaduais ou municipais para as obras de mobilidade urbana relacionadas com o evento Copa do Mundo de 2014.	Aprovado o parecer pelo conhecimento da matéria à CAE e posterior arquivamento. (NT)	CMA	11/12
AVS CMA 22/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 251/2012 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao Projeto Arena Multiuso Pernambuco, celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S. A., ação que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.	Aprovado o parecer pelo arquivamento. (NT)	CMA	11/12
AVS CMA 23/2012 - Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 2815/2012 - TCU, acompanhada do Relatório de Auditoria realizada na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP com o objetivo de fiscalizar o cumprimento do compromisso de conteúdo local das concessionárias de exploração de petróleo e gás natural (TC-016.701/2011-9).	Aprovado o parecer pela apresentação de dois Requerimentos de Informação. (NT)	CMA	11/12
SUGESTÃO			
SUG 12/2011 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino a identificar os estudantes de baixo rendimento e prover-lhes plano de recuperação.	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	CDH	11/12

SUG 3/2012 - Regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social.

Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)

CDH

11/12

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura E Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS “S” – Ofício “SF”
OCS - OFS “CAS” - Ofício da Comissão de Assuntos Sociais
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS “CMA” - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação

**C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais
e Parlamentares de Inquérito
Relatório da SSCEPI – 02/02 a 22/12/2012**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	2011	4									Comissão encerrada e Relatório Final aprovado em 18/06/2012
	2012	20									
	Total	24									
QUESTÕES FEDERATIVAS (ESPECIALISTAS) RQS 25/2012	2012	11									Relatório Parcial apresentado em 1º/10/2012
REFORMA DO CÓDIGO PENAL PLS 236/2012	2012	5	5	4							
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PLS 281, 282 e 283/2012	2012	4	9	9							
TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO RQS 514/11	2012	5	4	4							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	2011	20	127	127	113				1		Relatório Parcial aprovado em 21.12.2011 Comissão encerrada e Relatório Final aprovado em 19.12.2012
	2012	16	101	101	36				1		
	Total	36	228	228	149				2		
ECAD RQS 547/2011	2011	16	147	141	96				-		Comissão encerrada e Relatório Final aprovado em 26.04.2012
	2012	3	-	-	3				1		
	Total	19	147	141	99				1		

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	35	744	742	341						
OPERAÇÕES VEGAS E MONTE CARLO RQN 1/2012	2012	37	1233	595	1739						Comissão encerrada e Relatório Final aprovado em 18.12.2012

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECp)	5
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	3
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	2
Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR)	2
CPI do ECAD (CPIECAD)	1
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	7
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	24
CPMI Operações Vegas e Monte Carlo (CPMIVEGAS)	22
TOTAL	66

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL (CJECp)

- **Dia 24 de fevereiro em São Paulo/SP**

Finalidade:

Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Vida” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.

Participantes:

- o **Ricardo Garisio Sartori** - Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- o **Fernando Grella Vieira** - Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo;
- o **Luiz Flávio Borges D’Urso** - Presidente da Ordem dos Advogados de Brasil, Seção São Paulo.

- **Dia 23 de março**

Finalidade:

Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Administração Pública” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.

Participantes:

- o **Henrique de Sousa Lima** - Representante da Controladoria Geral da União –CGU;
- o **Antônio Davi** - Advogado da União;
- o **José Robalinho Cavalcante** - Procurador da República;
- o **Tércio Issami Tokano** - Advogado da União - Diretor Substituto do Departamento de Patrimônio e Probidade;
- o **João Alberto Simões Pires Franco** - Defensor Público Federal;
- o **Reynaldo Soares da Fonseca** - Desembargador Federal - Representante da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE;
- o **Adalberto Jorge Xisto Pereira** - Desembargador Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros-AMB;
- o **Luís Maximiliano Lael Telesca Mota** - Secretário-Geral Adjunto - Representante OAB/DF;
- o **Cláudia Chagas** - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- o **Dermeval Farias Gomes Filho** - Promotor de Justiça do MPDFT - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- o **Mohamed Ale Hasan Mahmoud** - Coordenador Regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM;
- o **Clayton Silva Germano** - Promotor de Justiça - Representante do CONAMP;
- o **Crista Correa** - Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção;
- o **Leonardo Araújo Marques** - Promotor de Justiça - Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais – CNPG;
- o **Roberto Biasoli** - Representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional – DRCI;
- o **José Ildomar Uberti Minuzzi** - Auditor Fiscal - Coordenador de Pesquisa e Investigação da Receita Federal – COPEI;
- o **Marcos Martins Davidovich** - Procurador Federal - Representante da Comissão de Valores Mobiliários;
- o **Thiago Bottino** - Coordenador da Escola de Direito da FGV;
- o **Bolívar Steinmetz** - Delegado Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – DPF;
- o **Sebastião José Lessa** - Delegado Representante da ADEPOL/Brasil;
- o **Fernando dos Santos Carneiro** - Representante da sociedade civil.

- **Dia 13 de abril em Aracaju/SE**

Finalidade:

Debates sobre o objeto da Comissão.

Participantes:

- o **José Alves Neto**– Presidente do Tribunal de Justiça de Estado de Sergipe;
- o **Eduardo Amorim** – Senador da República;
- o **Edson Luiz** – Desembargador
- o **José Robalinho** - Procurador;

- **Dia 14 de maio no Rio de Janeiro/RJ**

Finalidade:

Debates sobre novos tipos penais.

Participantes:

- o **José Mariano Beltrame** – Secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro;
- o **Cláudio Soares Lopes** – Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro;
- o **Paulo Melo** – Deputado Estadual do Rio de Janeiro
- o **Leila Marian** - Desembargadora;
- o **Manuel Alberto Ribeiro dos Santos** - Desembargador;

- **Dia 18 de maio em Porto Alegre/RS**

Finalidade:

Debates sobre o tema: “Parte Geral do Código Penal e outros temas correlatos”.

Participantes:

- o **Marcelo Bandeira Pereira** – Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- o **Airton Michels** – Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul;
- o **Pio Giovanni Dresch** – Presidente da AJURIS
- o **Alberto Delgado Neto** – Diretor da Escola Superior de Magistratura da AJURIS;
- o **Ronaldo Barão Castro e Silva** – Vice-Diretor da Escola Superior de Magistratura da AJURIS;
- o **Davi Medina da Silva** – Promotor da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul;
- o **Alexandre Wunderlich** – Professor da Faculdade de Direito da PUC/RS.
- o **Miki Breier** – Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR PROJETO DE LEI DE REFORMA CÓDIGO PENAL (CTRCP)

- **Dia 14 de agosto**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Gilson Dipp** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- o **José Muíños Piñeiro** – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- o **Luiz Flávio Gomes** – Professor de Direito.

- **Dia 21 de agosto**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior** – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- o **Taís Schilling Ferraz** – Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público
- o **Fernando Fragoso** – Advogado..

- **Dia 04 de setembro**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **José Eduardo Cardozo** – Ministro da Justiça.

**COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DE
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CTRCDC)**

- **Dia 16 de outubro**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **José Eduardo Cardozo** – Ministro da Justiça;
- o **Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin** – Ministro do Superior tribunal de Justiça.

- **Dia 06 de novembro**

Finalidade:

Discutir proposta que dispõe sobre comércio eletrônico.

Participantes:

- o **Leonardo Augusto Palhares** – Vice-Presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico;
- o **Guilherme Rosa Varella** – Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);
- o **Renan Bueno Ferracioli** – Assessor-Chefe da Diretoria Executiva da Fundação PROCON/SP;
- o **Marcel Leonardi** – Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil Internet Ltda;
- o **Carol Conway** – Diretora da Assessoria Jurídica da Associação Brasileira de Internet – ABRANET;
- o **Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer** – membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor.

**COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E
REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)**

- **Dia 11 de dezembro**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Fernando Bezerra Coelho** – Ministro da Integração Nacional;
- o **Joaquim Maia Brandão Júnior** – General de Exército;
- o **Roberto Nami Garibe Filho** – Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento Substituto.

- **Dia 12 de dezembro**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Luis Claudio de Freitas**, Diretor de Auditoria de Programas da Área de Infraestrutura da Controladoria Geral da União;
- o **Juliana Pontes Monteiro de Carvalho**, Titular da Secretaria de Fiscalização de Obras 4 do Tribunal de Contas da União.

CPI do ECAD (CPIECAD)

- **Dia 26 de março em São Paulo/SP**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Sandra Véspoli** - Autora do Livro “O Outro Lado do ECAD”;
- o **Carlos Mendes** - Presidente do Sindicato de Compositores de São Paulo;
- o **Marcello Nascimento** - Representante do ECAD;
- o **Paulo Celso Lui** - Representante da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas.

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

• Dia 20 de março

Finalidade:

Exposição acerca dos fatos envolvendo a prisão de Vilberto Ataíde Frazão, em razão do crime de Tráfico de Pessoas.

Participantes:

- o **Luís Vanderlei Pardi** – Delegado de Polícia Federal.

• Dia 28 de maio em Natal/RN

Finalidade:

Debates sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Rosalba Ciarline** – Governadora do Rio Grande do Norte;
- o **Deputado Ricardo Motta** – Presidente da Assembleia Legislativa;
- o **Márcia Maia** – Deputada Estadual;
- o **Fernando Mineiro** – Deputado Estadual;
- o **Fátima Bezerra** – Deputada Federal;
- o **Garibaldi Alves Filho** – Ministro da Previdência Social;
- o **Marco Dionízio Medeiros Caldas** – Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos;
- o **Aldair da Rocha** – Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte;
- o **Fernanda Arenhant** – Promotora de Justiça;
- o **Rosivaldo da Cunha Oliveira** – Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho;
- o **Poliana de Medeiros** – Delegada Federal;
- o **Sayonara Dias** – Coordenadora do Cedeca Casa Renascer;
- o **Ana Paula Felizardo** – Presidente da ONG Resposta.

• Dia 27 de junho

Finalidade:

Tratar sobre o cumprimento do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como sobre os termos do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e questões atinentes às espécies de tráfico de pessoas.

Participantes:

- o **Hélio Bicudo** – Presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos.

• Dia 12 de novembro em Salvador/BA

Finalidade:

Esclarecimentos sobre os casos de supostas adoções ilegais de crianças da cidade de Monte Santo/BA.

Participantes:

- o **Luciano Tacques Ghignone** – Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia;
- o **Laísa Souza de Araújo Rocha** – Defensora Pública-Curadora;
- o **Yulo Oiticica** – Deputado Estadual;
- o **Hélia Barbosa** – Defensora Pública;
- o **Luiza Maia** – Deputada Estadual;
- o **Maria Luiza Laudano** – Deputada Estadual;
- o **Alice Portugal** – Deputada Federal;
- o **Maria del Carmen** – Deputada Estadual;
- o **Almiro Sena** – Secretário de Justiça;
- o **Fernando Schmitd** – Secretário de Relações Internacionais;
- o **Helena Souza**.

• Dia 27 de novembro

Finalidade:

Esclarecimentos sobre os casos de supostas adoções ilegais de crianças da cidade de Monte Santo/BA.

Participantes:

- o **Lenora Thais Steffen Todt Panzetti**, – advogada das famílias que detêm a guarda provisória dos menores de Monte Santo/BA;

- **Dia 03 de dezembro em Natal/RN**

Finalidade:

Exposições sobre fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno/internacional de pessoas.

Participantes:

- o **Juvino Pereira** – Promotor de Justiça;
- o **Fábio Rogério** – Delegado-Geral da Polícia Civil;
- o **Eloi Carvalho Xavier** – Delegado de Polícia;
- o **Márcio Delgado** – Delegado de Polícia;
- o **Fernando Mineiro** – Deputado Estadual;
- o **Marcos Dionísio Pereira Caldas** – Presidente do conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania;
- o **Rosalene Lopes Pereira** – Presidente do Conselho Comunitário do Planalto;
- o **Geraldo Pereira dos Santos** – Pai de Joseana Pereira dos Santos.

- **Dia 10 de dezembro em Manaus/AM**

Finalidade:

Esclarecimentos sobre o desaparecimento de adolescentes supostamente vítimas de uma rede de tráfico de pessoas. Esclarecimentos sobre o recrutamento de Bruno Amaral do Carmo para o estado de São Paulo por suposta rede de tráfico de pessoas.

Participantes:

- o **Bruno Amaral do Carmo**;
- o **Eucy Barroso Braga** – Delegado Titular de Iranduba/AM;
- o **Conceição Sampaio** – Deputada Estadual;
- o **Lúcia Antony** – Presidente da Comissão de Mulheres da Câmara Municipal de Manaus;
- o **Cristiano Chixaro** – Representante da Secretaria de Justiça do Estado do Amazonas;
- o **Orani Campelo Braga** – Diretora Presidente da Amazonastur;
- o **Graça Prola** – Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
- o **Benjamin Afonso Neto** – Chefe da Polícia Rodoviária Federal no Amazonas;
- o **Alexandre Simões de Souza** – Coordenador Estadual da Central de Movimentos Populares do Amazonas;
- o **Fleusmar Ferreira** – Coordenadora do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus;
- o **Irmã Rose Bertoldo** – Representante da Conferência dos Religiosos do Brasil - Rede em Grito pela Vida;
- o **Fernando Moraes** – Presidente da Associação LGBT de Parintins.

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:

Exposição acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Aparecida Gonçalves** – Secretária Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Secretaria de Política para as Mulheres.

- **Dia 27 de março**

Finalidade:

Debates sobre o objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Meire Lucia Monteiro Mota Coelho** – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- o **Sonia Coelho Gomes Orellana** – Representante da Marcha Mundial de Mulheres;
- o **Ana Carolina Barbosa** - Representante da União Brasileira de Mulheres.

- **Dia 29 de março**

Finalidade:

Debate sobre a Violência contra a mulher no campo e contra a mulher indígena.

Participantes:

- o **Carmem Foro** – Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- o **Maria Helena Azumezohero** – Representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI;
- o **Rosângela Piovizani** - Representante do Movimento das Mulheres Camponesas -- MMC.

- **Dia 10 de Abril**

Finalidade:

Debate sobre o tema “A Sistematização e o Monitoramento de Dados de Violência contra as Mulheres”.

Participantes:

- o **Cecília Sardenberg** - Representante do OBSERVE;
- o **Wania Pasinato** - Representante do Núcleo de Estudos da Violência da USP;
- o **Lia Zanotta** - Representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher da UNB;
- o **Miriam Grossi** - Representante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da UFSC.

- **Dia 16 de Abril em Recife/PE**

Finalidade:

Debates sobre o objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Aguinaldo Fenelon de Barros** - Procurador Geral de Justiça de Pernambuco;
- o **Maria Tereza Paes de Sá Machado** - Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Pernambuco;
- o **Wilson Salles Damázio** - Secretário de Defesa Social;
- o **Cristina Maria Buarque** - Secretária da Mulher de Pernambuco;
- o **Maria Betânia Serrano** - Representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco;
- o **Elaine Neves** - Assessora da Diretoria de Políticas para as Mulheres da FETAPE;
- o **Rejane Pereira** - Secretária da Mulher de Recife;
- o **Carlos Humberto Inojosa Galindo** - Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.

- **Dia 19 de abril**

Finalidade:

Debates sobre a transversalidade nas políticas de combate à violência contra as mulheres.

Participantes:

- o **Helvécio Miranda Magalhães Júnior** – Representante do Ministério da Saúde;
- o **Fábio Meirelles Hardmann de Castro** – Representante do ministério da Educação;
- o **Cristina Villanova** – Representante do Ministério da Justiça.

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:

Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Participantes:

- o **Eleonora Menicucci** – Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres;
- o **Iraê Lucena** – gestora da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba;
- o **Joelda Pais** – gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Acre;
- o **Eliza Piola** – gestora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais;
- o **Aparecida Gonçalves** – gestora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

- **Dia 27 de abril em Belo Horizonte/MG**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais.

Participantes:

- o **Heloísa de Ruiz Combat** – representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- o **Nívia Mônica Silva** – Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça;
- o **Cássio Soares** – Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais;
- o **Denílson Feitosa Pacheco** – Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social;
- o **Andrea Garzon Tonet** – Defensora Pública-Geral do Estado;
- o **Deputada Luiza Ferreira** – relatora da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- o **Deputada Maria Tereza Lara** – membro da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- o **Márcia de Cássia Gomes** – Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania – Mulheres das Gerais;
- o **Laurelle Carvalho de Araújo** – Defensora Pública do Estado de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo da Mulher (NUDEM).

- **Dia 04 de maio em Florianópolis/SC**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina.

Participantes:

- o **Alexandre Karazawa Takashima** – Juiz Corregedor;
- o **Júlio César Ferreira Melo** – Juiz;
- o **Maria Amélia Borges Moreira Abbad** – Promotora de Justiça;
- o **Juliana Renda Gomes** – Delegada de Polícia;
- o **Selma Elias Westphal** – Representante da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEM.

- **Dia 07 de maio em Porto Alegre/RS**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul.

Participantes:

- o **Laís Ethel Correa Pías** – Desembargadora;
- o **Carla Carrion Frós** – Promotora de Justiça;
- o **Miriane Tagliari** – Defensora Pública;
- o **Aírton Michels** – Secretário de Segurança Pública;
- o **Márcia Santana** – Secretária de Políticas para Mulheres;
- o **Fernando Anschan** – Representante da Secretaria Estadual de Saúde.

- **Dia 11 de maio em Vitória/ES**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Espírito Santo.

Participantes:

- o **Hermínia Maria Azoury** – Juíza Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- o **Maria Zumira Teixeira Bowen** – Promotora Chefe da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Ministério Público do Estado do Espírito Santo;
- o **Gilmar Alves Batista** – Defensor Público Geral do Estado do Espírito Santo;
- o **Henrique Geaquinto Herkenhoff** – Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo;
- o **José Tadeu Marino** – Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo;
- o **Rodrigo Coelho** – Secretário de Estado da Assistência e Direitos Humanos do Espírito Santo;
- o **Carla da Mata Machado Pedreira** – Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo;
- o **Edna Martins** – Coordenadora do Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo.

- **Dia 1 de junho em Maceió/Alagoas**

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Alagoas.

Participantes:

- o **Sandra Canuto** - Representante do Secretário de Saúde do Estado de Alagoas;
- o **Dário César Barros Cavalcante** - Secretário de Defesa Social do Estado de Alagoas;
- o **Paulo Zacarias da Silva** - Juiz Titular da Vara da Violência Doméstica, representando o Sr. Des. Sebastião Costa Filho, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas;
- o **Kátia Born** - Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas;
- o **Eduardo Antônio de Campos Lopes** - Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas;
- o **Andrea Malta** - Representante da Marcha Mundial de Mulheres; e
- o **Sérgio Juca** - Subprocurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

- **Dia 25 de junho em Curitiba/Paraná**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Paraná.

Participantes:

- o **Denise Krugner** – Desembargadora Representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná;
- o **Josiane Fruet Lupion** - Defensora Pública-Geral do Paraná;
- o **Cláudia Martins** - Promotora de Justiça da Violência Doméstica, Representante da Procuradoria-Geral de Justiça;
- o **Fabio Lourenço Bruzamin** - Promotor de Justiça;
- o **Reinaldo de Almeida César** - Secretário de Segurança Pública do Paraná;
- o **Maria Tereza Gomes** - Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná;
- o **Maria Huçulk** - Superintendente da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná; e
- o **Maria Cristina Ferreira** - Coordenadora de Proteção Social e Especial, Representando a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

- **Dia 29 de junho em São Paulo/SP**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de São Paulo.

Participantes:

- o **Desembargadora Angélica de Maria Mello do Almeida** - Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo
- o **Dr. Arnaldo Hossepian Júnior** - Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas,
- o **Dr. Fabiano Marques de Paula** - Secretário Adjunto da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania,
- o **Dra. Gislaíne Doraide Ribeiro Pato** - Delegada de Polícia dirigente do Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo
- o **Dra. Karina Barros Cafife Batista** - Assessora em Saúde da Mulher, representando o Secretário de Saúde, Dr. Giovanni Guido Cerri;
- o **Dra. Rosemary Corrêa** - Gestora Executiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher;
- o **Dr. Renato Campos Pinto e Vitto** - Defensor Público.

- **Dia 03 de julho**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina.

Participantes:

- o **César Augusto Grubba** – Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;
- o **Dalmo Claro de Oliveira** – Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina;

- **Dia 13 de julho em Salvador/BA**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado da Bahia.

Participantes:

- o **Maurício Teles Barbosa** - Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia;
- o **Jorge Santos Pereira Solla** - Secretário de Saúde do Estado da Bahia;
- o **Vera Lúcia Barbosa** - Secretária de Políticas Para as Mulheres do Estado da Bahia;
- o **Márcia Regina Ribeiro Teixeira** - Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher, representando o Ministério Público do Estado da Bahia;
- o **Mara Moraes** - Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza;
- o **Almiro Sena** - Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;
- o **Sulle Nascimento** - Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

- **Dia 14 de setembro em João Pessoa/PB**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado da Paraíba.

Participantes:

- o **Cláudio Coelho Lima** - Secretário de Segurança Pública do estado da Paraíba;
- o **Waldson Dias de Souza** - Secretário de Saúde do Estado da Paraíba;
- o **Iraê Heusi de Lucena Nóbrega** - Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do estado da Paraíba;
- o **Antonieta Maroja Nóbrega Machado** - Juíza Substituta da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher;
- o **Roseane Araújo** - Promotora de Justiça de Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher;
- o **Vanildo Oliveira Brito** - Defensor Público Geral do Estado da Paraíba.

- **Dia 31 de outubro**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Distrito Federal.

Participantes:

- o **Ana Cristina Melo Santiago** - Delegada Chefe da DEAM;
- o **Sandro Avelar** - Secretário de Segurança Pública do DF;
- o **Jorge Luiz Xavier** - Diretor-Geral da Polícia Civil do DF;
- o **Olgamir Amância Ferreira** - Secretária da Mulher do DF;
- o **Marília Coelho Cunha** - Subsecretária de Vigilância em Saúde do DF;
- o **Thiago André Pierobom** - Promotor de Justiça do DF;
- o **Fabiana Costa Oliveira** - Promotora de Justiça do DF;
- o **Dulcielly Nóbrega de Almeida** - Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher;
- o **Leila Rebouças** - Representante do movimento de mulheres.

- **Dia 07 de novembro no Rio de Janeiro/RJ**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Rio de Janeiro.

Participantes:

- o **Tércia Amoldo Silveira** - Diretora-Geral do Departamento Geral de Polícia da Baixada;
- o **Célia da Silva Rosa** - Delegada Titular da DEAM-RJ;
- o **Mônica Almeida** - Subsecretária de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro;
- o **Maria Célia Vasconcelos** - Subsecretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro;
- o **Ângela Fontes** - Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
- o **Renata de Vasconcelos Araújo Bresson** - Promotora de Justiça;
- o **Emanuelle Gangoni** - Defensora Pública;
- o **Sula Omari** - Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher.

- **Dia 13 de novembro em Campo Grande/MS**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Mato Grosso do Sul.

Participantes:

- o **Wantuir Francisco Brasil Jacini** - Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul;
- o **Tai Loschi** - Subsecretária da Mulher e de Promoção da Cidadania do Estado do Mato Grosso do Sul;
- o **Hildebrando Coelho Neto** - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul;
- o **Ana Lara Camargo de Castro** - Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande;
- o **Nancy Gomes de Carvalho** - Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul;
- o **Susiê Guarani** - Representante dos Direitos Indígenas;
- o **Cristiane Duarte** - Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

- **Dia 23 de novembro em Manaus/AM**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Amazonas.

Participantes:

- o **Paulo Roberto Vital de Menezes** - Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas;
- o **José Duarte dos Santos Filho** - Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas;
- o **Maria das Graças Soares Prola** - Secretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas;
- o **Patrícia Macedo Campos** - Juíza Titular da Vara Especializada de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;
- o **Mário Ipyranga Monteiro Neto** - Promotor de Justiça do Estado do Amazonas;
- o **Davi Santana da Câmara** - Promotor de Justiça do Estado do Amazonas;
- o **Ariosto Lopes Braga Neto** - Subdefensor Público-Geral do Estado do Amazonas;
- o **Francy Júnior** - representante do Fórum Permanente de Mulheres;
- o **Miquelina Machado Tucano** - representante das mulheres indígenas.

- **Dia 07 de dezembro em Belém/PA**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Pará.

Participantes:

- o **Cristiane Lobato** - Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Estado do Pará;
- o **Maria da Conceição Carneiro Oliveira** - Coordenadora Estadual de Saúde da Mulher do Estado do Pará;
- o **Maria Alves dos Santos** - Secretária de Assistência Social do Estado do Pará;
- o **Maria de Nazaré Saavedra Guimarães** - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- o **Sandro Garcia de Castro** - Promotor de Justiça do Estado do Pará;
- o **Rossana Parente** - Defensora Pública do Estado do Pará;
- o **Nilde Souza** - representante da Articulação de Mulheres Brasileiras;
- o **Eunice Guedes** - representante do Fórum de Mulheres da Amazônia
- o **Fátima Matos** - representante do Centro de Defesa dos Negros e Negras do Pará.

- **Dia 10 de dezembro em Fortaleza/CE**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Ceará.

Participantes:

- o **Luiz Carlos Dantas** - Superintendente da Polícia Civil do Estado do Ceará;
- o **Raimundo José Arruda Bastos** - Secretário de Saúde do Estado do Ceará;
- o **Mônica Maria de Paula Barroso** - Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres do Estado do Ceará;
- o **Fátima Maria Rosa Mendonça** - Juíza do Juizado da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- o **Maria Magnólia Barbosa da Silva** - Procuradora de Justiça do Estado do Ceará;
- o **Elizabeth Souza** - Defensora Pública do Estado do Ceará;
- o **Nilde Souza** - representante da Articulação de Mulheres Brasileiras;
- o **Maria da Penha** - Presidente do Instituto Maria da Penha.

- **Dia 14 de dezembro em Goiânia/GO**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Goiás.

Participantes:

- o **Adriana Accorsi** - Delegada Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás;
- o **Gláucia Maria Theodoro Reis** - Secretária de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial do Estado de Goiás;
- o **Donizete Martins de Oliveira** - Juiz de Direito;
- o **Rúbia Correia Coutinho** - Promotora de Justiça dos Direitos da Mulher;
- o **Marina Melo** - Promotora de Justiça da Vara de Violência Doméstica de Luziânia;
- o **Alaor Arantes da Silva** - Defensor Público do Juizado da Mulher;
- o **Fátima Veloso** - Coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres, Representante dos Movimentos Sociais.

CPMI – Práticas criminosas desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”

- **Dia 08 de maio**

Finalidade:

Oitiva do responsável pela “Operação Vegas” da Polícia Federal

Participantes:

- o **Raul Alexandre Marques de Souza** – Delegado da Polícia Federal.

- **Dia 10 de maio**

Finalidade:

Oitiva do responsável pela “Operação Monte Carlo” da Polícia Federal

Participantes:

- o **Matheus Mella Rodrigues** – Delegado da Polícia Federal.

- **Dia 22 de maio**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Carlos Augusto de Almeida Ramos.**

- **Dia 24 de maio**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Wladimir Garcez Henrique;**
- o **Idalberto Matias de Araujo;**
- o **Jairo Martins de Souza.**

- **Dia 30 de maio**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Cláudio Abreu;**
- o **José Olímpio de Queiroga Neto;**
- o **Gleyb Ferreira da Cruz;**
- o **Lenine Araújo de Souza.**

- **Dia 31 de maio**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- o **Demóstenes Torres** – Senador da República.

- **Dia 5 de junho**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Walter Paulo de Oliveira Santiago;**
- o **Sejana Martins**

- **Dia 12 de junho**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- o **Marconi Ferreira Perillo Junior** – Governador do Estado de Goiás.

- **Dia 13 de junho**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- o **Agnelo dos Santos Queiroz Filho** – Governador do Distrito Federal.

- **Dia 26 de junho**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Lúcio Fiuza Gouthier;**
- o **Écio Antônio Ribeiro dos Santos;**
- o **Alexandre Milhomem.**

- **Dia 27 de junho**

Finalidade:

Oitiva acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Eliane Gonçalves Pinheiro;**
- o **Luis Carlos Bordoni.**

- **Dia 28 de junho**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Marcello de Oliveira Lopes;**
- o **João Carlos Feitoza;**
- o **Francisco Cláudio Monteiro.**

- **Dia 10 de julho**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- o **Raul de Jesus Lustosa Filho** – Prefeito de Palmas/TO.

- **Dia 07 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Andressa Mendonça;**
- o **Joaquim Gomes Thomé Neto.**

- **Dia 08 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Andréa Aprígio de Souza;**
- o **Rubmaier Ferreira de Carvalho.**

- **Dia 15 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Edivaldo Cardoso de Paula;**
- o **Roseli Pantoja da Silva;**
- o **Hillner Braga Ananias.**

- **Dia 21 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Léa Batista de Oliveira;**
- o **Daniel Rezende Salgado.**

- **Dia 22 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Jayme Eduardo Rincón;**
- o **Aredes Correia Pires.**

- **Dia 28 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Luiz Antônio Pagot;**
- o **Adir Assad.**

- **Dia 29 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Paulo Vieira de Souza;**
- o **Fernando Cavendish;**
- o **Gilmar Carvalho Moraes.**

- **Dia 04 de setembro**

Finalidade:

Oitiva acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **André Teixeira Jorge.**

- **Dia 09 de outubro**

Finalidade:

Oitiva acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Carlos Leréia – Deputado Federal.**

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	0
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	0
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	0
Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR)	0
CPI do ECAD (CPIECAD)	0
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	5
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	1
CPMI Operações Vegas e Monte Carlo (CPMIVEGAS)	0
TOTAL	6

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

- **Dia 05 de março em Manaus/AM**

Finalidade:

Investigar fatos ligados ao suposto tráfico de haitianos para o Brasil.

Participantes:

- o **Paulo Abrão** - Secretário Nacional de Justiça;
- o **Renato Zerbini Leao** - Coordenador Geral do Comitê Nacional para os Refugiados;
- o **Edmilson da Costa Barreto** - Representante da Procuradoria da República do Estado do Amazonas;
- o **Sergio Lúcio Fontes** - Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas;
- o **Padre Gustot Lucien** - Pároco Haitiano;
- o **Padre Gelmino Antônio Costa** - Pároco da Igreja São Geraldo, Manaus-AM;
- o **Rinaldo Gonçalves de Almeida** - Coordenador do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho;
- o **Dermilson Chagas** - Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Amazonas;
- o **Dr. Audaciphal Hildebrando** - Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho;
- o **Fernanda Alves dos Anjos** - Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Título e Qualificação;
- o **Simon Seraphin** - Imigrante Haitiano;
- o **Ketly Vibert Franceschi** - Presidenta da Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas;
- o **Regina Fernandes do Nascimento** - Secretária de Assistência Social e Cidadania do Amazonas;
- o **Alfredo Wagner Berno de Almeida** - Universidade do Estado do Amazonas – UEA;
- o **Dra. Denise Reif Kroeff** - Gerente de Projetos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Dia 14 de maio no Rio de Janeiro/RJ

Finalidade:

Esclarecimentos sobre uma suposta participação no tráfico internacional de pessoas, para fim de exploração sexual, de oito brasileiras, naturais do Rio de Janeiro, que foram impedidas de embarcar no Aeroporto Internacional de Guarulhos em voo com destino à Namíbia

Participantes:

- o **Vilberto Ataíde Frazão**
- o **Bruna Rosa Belmont**

• Dias 04 a 06 de junho em Washington (EUA)

Finalidade:

Discutir assuntos relacionados ao tráfico de pessoas, bem como estabelecer contatos no sentido de incentivar a elaboração de acordos internacionais e bilaterais com o Brasil.

Participantes:

- o **Patricia Kowall** - FHI 360;
- o **Bela M. Shah** - FHI 360;
- o **Kiera Derman** - FHI 360;
- o **Sara Gilmer** - Departamento de Estado dos EUA;
- o **Casey Branchini** - Departamento de Estado dos EUA;
- o **Theresa Segovia** - Departamento de Justiça dos EUA
- o **Ngozi Onunaku** - "Department of Health and Human Services (HHS)";
- o **Eskinder Negash** - "Department of Health and Human Services (HHS)";
- o **Curtis O. Porter**- Diretor, Department of Health and Human Services (HHS)";
- o **Bradley Mitchell** - Departamento de Justiça dos EUA
- o **Mary Allison** - Diretora do Polaris Project;
- o **Tiffany Williams** - "Break the Chain Campaign";
- o **Blair Bjellos** - Assistente Legislativo;
- o **Ted Poe** - Congressista;
- o **Allison Hollabaugh** - Conselheira do Congressista **Chris Smith**;
- o **Stephen Tausend** Conselheiro do Senador **Jonh Cornyn**;

• Dias 07 e 08 de junho em Nova York (EUA)

Finalidade:

Discutir assuntos relacionados ao tráfico de pessoas, bem como estabelecer contatos no sentido de incentivar a elaboração de acordos internacionais e bilaterais com o Brasil.

Participantes:

- o **Amanda Kramer** – "Assistant District Attorney";
- o **Crystal DeBoise** – "Urban Justice Center"
- o **Adriana Ongoiba** – "Urban Justice Center"
- o **Amanda Joiejo** – "Sanctuary for Families"
- o **Lori Cohen** – "Sanctuary for Families"
- o **Laruen Hersh** – "Sanctuary for Families"
- o **Tzili Mor** – "Equality Now"
- o **Kristen Berg** – "Equality Now"
- o **Maya Ibars** - "Equality Now"
- o **Joanne Payne-Prayor** - FBI
- o **Brian Naddow** - FBI;
- o **Bruce May** - FBI;
- o **Tara Manley** - FBI;
- o **Warren Chiu** - FBI;
- o **Anthony Bivona** - FBI;
- o **Avaloy Lanning** - Safe Horizon
- o **Susu Thatun** - UNICEF
- o **Ted Maly** - UNICEF
- o **Katisha K Andrew** - "Deputy Administrator in the Center for Battered Women's Legal Services"
- o **Yasmeen Hassan** - "Global Director: Equality Now";

- **Dia 16 de julho em Goiânia/GO**

Finalidade:

Tratar de matéria atinente ao objeto de investigação da Comissão.

Participantes:

- o **Nelma Pontes** – Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás;
- o **Marcos Vinicius da Costa Júnior** – Delegado Titular da Delegacia de Aruanã;
- o **Thiago Galindo Plachefki** – Promotor de Justiça do Estado de Goiás.

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)

- **Dia 13 de setembro em Queimadas/PB**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do caso de estupro coletivo ocorrido no município de Queimadas/PB.

Participantes:

- o **Cassandra Maia Duarte** – Delegada de Polícia;
- o **Márcio Teixeira** – Promotor de Justiça;
- o **Flávia Batista Rocha** – Juíza de Direito.

D – ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Atendimentos realizados

01 a 26/12/2012

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)

01 a 26/12/2012

Solicitações	Quantidade
Atendidas	69
Indeferidas	4
Total	73

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta)

01 a 26/12/2012

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	41
E-mail	23
Presencial	3
Carta	1
Aguardando resposta	1
Total	69

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)
01 a 26/12/2012

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	28
Solicitações de listagem de proposições	4
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	6
Identificação de proposições	8
Dúvidas gerais de processo legislativo	9
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	3
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	4
Outras	11
Total	73